



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), faz saber aos titulares de direito autoral que se encontram abertas, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA 2011, as **inscrições para o processo de avaliação e seleção de obras/coleções didáticas destinadas às turmas de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado – PBA e aos alunos do ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA.**

1. DO OBJETO

O presente edital tem por objeto a convocação de editores para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras/coleções didáticas para prover as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, as escolas federais de ensino fundamental e as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA.

2. DOS PRAZOS

As etapas de cadastramento dos titulares de direito autoral, pré-inscrição e inscrição/entrega das obras e da documentação serão realizadas nos seguintes períodos:

2.1. Cadastramento das editoras e pré-inscrição das obras

Do dia 05/10/2009 até as 18h do dia 04/12/2009

2.2. Inscrição/entrega das obras e da documentação

Do dia 04/01/2010 a 06/01/2010, nos dias úteis, das 8h30 às 16h30

3. DA CARACTERIZAÇÃO DAS OBRAS

3.1. Serão aceitas para participar do processo de avaliação e seleção obras didáticas inéditas ou reapresentadas destinadas a alfabetização de jovens e adultos do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, das escolas federais e das redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal que possuam exclusivamente turmas de alfabetização na modalidade EJA, como também coleções didáticas elaboradas para serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem escolar do primeiro e segundo segmentos da Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental das escolas públicas, de acordo com as categorias abaixo especificadas:

Categoria 1: obra didática, consumível, destinada a alfabetização de jovens e adultos das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado – PBA e aos alunos das escolas públicas que possuam exclusivamente turmas de alfabetização na modalidade Educação de Jovens e Adultos, em volume único, contendo os componentes curriculares de Letramento e Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática, com proposta pedagógica disciplinar ou interdisciplinar.

Composição	Número de volumes	Critério de organização da obra didática	Proposta pedagógica	Componentes curriculares Mínimos
A	1	Volume único	Disciplinar ou Interdisciplinar	Letramento e Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Categoria 2: coleções didáticas, consumíveis, destinadas ao primeiro segmento do ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos, compreendendo as etapas/ciclos de alfabetização e subseqüentes, em uma das seguintes composições:

Composição	Número de volumes na coleção	Critério de organização da coleção didática	Proposta pedagógica	Componentes curriculares Mínimos
B	2	Volume único	Disciplinar ou Interdisciplinar	Letramento e Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática
		Volume único para 2º ao 5º ano do ensino fundamental	Disciplinar ou Interdisciplinar	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências
C	3	Volume único	Disciplinar ou Interdisciplinar	Letramento e Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática
		Volume único para 2º e 3º anos do ensino fundamental	Disciplinar ou Interdisciplinar	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências
		Volume único para 4º e 5º anos do ensino fundamental	Disciplinar ou Interdisciplinar	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências
D	7	Volume único	Disciplinar	Letramento e Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática
		Seis volumes sendo um para cada componente curricular mínimo abrangendo do 2º ao 5º ano do ensino fundamental	Disciplinar	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências
E	Mínimo de 4 e Máximo de 6	Volumes temáticos	Interdisciplinar	Letramento e Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática; Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências

Categoria 3: Coleções didáticas, consumíveis, destinadas ao segundo segmento do ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos, em uma das seguintes composições:

Composição	Número de volumes na coleção	Critério de organização da coleção didática	Proposta pedagógica	Componentes curriculares mínimos
------------	------------------------------	---	---------------------	----------------------------------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

F	4	Quatro volumes sendo um para cada ano do 6º ao 9º ano do ensino fundamental abrangendo todos os componentes curriculares mínimos	Disciplinar ou Interdisciplinar	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências; Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol)
G	7	Sete volumes sendo um para cada componente curricular mínimo abrangendo do 6º ao 9º ano do ensino fundamental	Disciplinar	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências; Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol)
H	Mínimo de 4 e Máximo de 6	Volumes temáticos	Interdisciplinar	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências; Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol)
Categoria 4: obras didáticas, consumíveis, destinadas ao ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos, que contenham conteúdo de História Regional e Geografia Regional, na seguinte composição:				
Composição	Número de volumes	Critério de organização da obra didática	Proposta pedagógica	Componentes curriculares mínimos
I	1	Volume único destinado ao ensino fundamental	Disciplinar ou Interdisciplinar	História Regional e Geografia Regional

3.2. As obras didáticas de alfabetização pré-inscritas na Categoria 1 e que também tiverem sido inscritas e aprovadas no edital do PNLA 2010 poderão adotar processo simplificado de inscrição, sem prejuízo das demais etapas do processo do PNLD EJA 2011, mediante declaração específica, modelo no **Anexo V**.

3.2.1. Somente poderão participar do processo simplificado de inscrição previsto no **subitem 3.2.** obras didáticas que sejam exatamente iguais às obras inscritas e aprovadas no edital do PNLA 2010, exceção feita para as alterações obrigatórias de adequação as normas ortográficas e ao nome do componente curricular.

3.2.2. O editor que optar pelo processo simplificado de inscrição terá que pré-inscrever suas obras no SIMAD, tendo-as automaticamente selecionadas para o PNLD EJA 2011, conforme disposto no **subitem 3.2.**

3.3. As obras e coleções didáticas poderão apresentar, além dos componentes curriculares mínimos, outros que contribuam para a formação intelectual dos alunos da EJA.

3.3.1. Podem se inscrever para avaliação obras e coleções didáticas destinadas a públicos da EJA, desde que atendidas as exigências do **subitem 3.1**, tais como: a) populações indígenas; b) populações do campo; c) populações remanescentes de quilombos e d) pessoas privadas de liberdade.

3.4. Entende-se por livros didáticos consumíveis aqueles entregues para utilização dos alunos e educadores, que passam a ter sua guarda definitiva, sem necessidade de devolução ao final de cada período letivo.

3.4.1. Os livros poderão ter lacunas ou espaços que possibilitem ao aluno a realização das atividades e exercícios propostos no próprio livro.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

3.5. As coleções didáticas destinadas ao anos finais do ensino fundamental na modalidade EJA, que envolvam o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), deverão conter CD em áudio, sendo considerado parte integrante da obra.

3.6. As coleções didáticas bem como as obras didáticas devem ser compostas obrigatoriamente de um exemplar do livro do aluno e um exemplar do manual do educador.

3.7. O manual do educador não pode ser uma cópia do livro do aluno com os exercícios resolvidos. É necessário que ofereça orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento; ofereça, também, discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografia, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do educador.

3.8. Caso o livro do aluno e o respectivo manual do educador contenham anexos indispensáveis à adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, fazer parte do respectivo volume da obra, não podendo constituir volume em separado.

3.9. Para as coleções didáticas que contenham o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), o CD em áudio deverá acompanhar respectivamente o livro do aluno e o manual do educador.

3.10. Entende-se por coleção didática o conjunto de volumes ordenados em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada que envolva os conteúdos de aprendizagem dos componentes curriculares mínimos correspondentes aos anos iniciais e/ou finais do ensino fundamental na modalidade EJA.

3.10.1. As coleções didáticas devem constituir-se em uma proposta didático-pedagógica para a EJA, organizando-se em relação a um programa curricular e observando critérios claros de progressão de estudos, atendendo diferentes formas de organização do ensino ou tempos formativos, seja em termos de anos, etapas, estágios, termos ou ciclos, respeitados os critérios de organização das obras e coleções estabelecidos no **item 3** deste edital.

3.11. Entende-se por componentes curriculares o conjunto de aprendizagens, constituído por disciplinas, conteúdos ou conteúdos programáticos, práticas educativas, ou áreas de conhecimento integrantes do currículo do ensino fundamental na modalidade EJA. Dessa forma, consideram-se componentes curriculares mínimos para a Educação de Jovens e Adultos, sem prejuízo de outros que possam contribuir para a formação dos educandos, em cada uma das etapas:

Etapas da Educação de Jovens e Adultos		Componentes curriculares mínimos
Primeiro Segmento ou Anos Iniciais ou 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental	Alfabetização	Letramento e Alfabetização Lingüística e Alfabetização Matemática
	2º ao 5º ano	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências
Segundo Segmento ou Anos Finais ou 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental	6º ao 9º ano	Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes; Ciências; Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol)

3.12. As obras didáticas destinadas à alfabetização de jovens e adultos, e as coleções didáticas para a EJA, devem atender ao que estabelecem as leis 10.639/03 e Lei 11.645/08 que tornam obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras; a Lei nº 10.741/03 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e estabelece que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso; a Lei Nº 11.525/07, que estabelece que o currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.13. Somente será aceita coleção didática inscrita sob um mesmo título e cujo número total de volumes corresponda ao número de volumes definidos para a composição, prevista em uma das categorias descritas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

no **subitem 3.1**, na qual foi pré-inscrita.

3.14. Entende-se por obra didática inédita aquela que foi produzida sem tomar por base livros já avaliados nos PNLA anteriores, mesmo que apenas parcialmente, ou sob outro título ou autoria diversa, modelo no anexo VI deste edital.

3.15. Considera-se obra didática reapresentada aquela já avaliada nos PNLA anteriores, reinscrita com ou sem reformulações, modelo no anexo VII deste edital.

3.16. Não será aceita a pré-inscrição de cadernos de atividades.

3.17. Somente poderá ser inscrita obra ou coleção cuja edição esteja finalizada.

3.18. As obras/coleções pré-inscritas, a serem entregues na inscrição para avaliação e produzidas se selecionadas, deverão atender obrigatoriamente as normas do acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, a Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008, e ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008.

3.19. O não cumprimento dos critérios estabelecidos nos **subitens 3.1. a 3.18.** exclui a obra/coleção do processo de avaliação e seleção previsto neste edital.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Os titulares de direito autoral e/ou seus representantes, cujas coleções pré-inscritas no Sistema de Material Didático – SIMAD, forem selecionadas para compor o Guia do PNLD EJA 2011, deverão observar as condições de participação no Programa, regulamentada pela Portaria Ministerial nº 07, de 05/04/2007, ou em outra que vier a substituí-la.

4.2. Poderá participar do processo de avaliação e seleção toda e qualquer empresa legalmente estabelecida no País e que atenda a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

4.3. Poderá participar do processo de avaliação e seleção de que trata este edital consórcio de empresas, desde que pelo menos uma de suas consorciadas seja brasileira.

4.3.1. No caso de consórcio, a liderança caberá a empresa consorciada que detiver o maior capital social.

4.3.2. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá a empresa brasileira que detiver o maior capital social.

4.3.3. A empresa consorciada não poderá participar do processo de avaliação e seleção em mais de um consórcio ou isoladamente.

4.4. Não poderá participar do presente processo de avaliação e seleção:

4.4.1. empresa declarada inidônea ou suspensa de licitar em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal;

4.4.2. empresa estrangeira que não funcione no país.

5. DOS PROCEDIMENTOS

5.1. Do cadastramento das editoras

5.1.1. Serão aceitas somente inscrições de pessoas jurídicas que formalizarem seu cadastramento por meio de um responsável devidamente registrado no SIMAD, no Módulo de Inscrição disponível no endereço eletrônico Rf.fnde.gov.br, no link “SIMAD”.

5.1.2. Para evitar problemas na comunicação por meio de correio eletrônico, entre o FNDE e as editoras, recomenda-se que se efetue no sistema de e-mail configurações de liberação de modo a permitir o recebimento de mensagens provenientes do domínio “@fnde.gov.br”. Ou seja, caso possua recursos de anti-spam (ou filtros de segurança) ativos em seu sistema de e-mail, esses recursos de anti-spam (ou filtros de segurança) deverão ser desbloqueados para o recebimento de mensagens cujo remetente tenha o domínio “@fnde.gov.br”.

5.1.3. As editoras deverão manter seus dados permanentemente atualizados no FNDE por intermédio do endereço eletrônico preinscricao@fnde.gov.br.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

5.1.4. O FNDE não se responsabilizará por **cadastamentos de empresa** não concretizados por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.2. Da pré-inscrição das obras/coleções didáticas

5.2.1. A pré-inscrição é o prévio cadastramento das obras/coleções didáticas e dos respectivos autores ou sucessores legais, que atendam às disposições deste edital, realizada pelo responsável identificado no SIMAD, exclusivamente por meio da internet, no endereço eletrônico citado no **subitem 5.1.1.** deste edital.

5.2.2. A pré-inscrição das obras/coleções deverá ser realizada mantendo conformidade com os dados informados nas Declarações de Edição (**Anexo III**) e de Originalidade (**Anexo IV**), no contrato de edição, bem como na capa da obra. Caso haja inconsistência e/ou divergência, a obra/coleção será excluída.

5.2.3. A obra e a coleção didática estarão excluídas do processo de avaliação do PNLD EJA 2011 se algum dos dados preenchidos no SIMAD, no período de pré-inscrição, estiver incorreto ou incompleto, ou ainda, apresentar inconsistência e/ou divergência em relação à obra ou coleção a que se refere.

5.2.4. As obras e as coleções didáticas deverão ser pré-inscritas em edição finalizada, com todos os textos, imagens, diagramação, cores e número de páginas definitivas, inclusive com acabamento e matéria prima definitivos (papel, grampo, cola etc.) e deverão manter conformidade com a obra ou coleção a ser entregue por ocasião da inscrição prevista no **subitem 5.3** deste Edital.

5.2.5. No ato da pré-inscrição deverá ser especificada as características definidas para cada uma das categorias.

5.2.5.1. Cada obra e coleção didática poderá ser pré-inscrita no PNLD EJA 2011 em mais de uma das 4 (quatro) categorias definidas neste edital, desde que respeitado o segmento de ensino a que se destina.

5.2.5.2. Cada obra e coleção didática poderá ser pré-inscrita no PNLD EJA 2011 em apenas uma das composições definidas em cada uma das categorias, constantes no subitem 3.1 deste edital.

5.2.6. O FNDE não se responsabilizará pela pré-inscrição de obras ou coleções didáticas não concretizadas por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.3. Da inscrição das obras/coleções

5.3.1. A inscrição compreenderá a entrega da documentação e das obras/coleções pré-inscritas. No caso das coleções didáticas que contenham o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol), a inscrição compreenderá também a entrega dos respectivos CD em áudio.

5.3.1.1. A inscrição deverá ser realizada pelo responsável identificado no SIMAD que realizou o cadastramento da editora e a pré-inscrição das obras/coleções, ou por procurador constituído.

5.3.1.2. Caso a inscrição seja realizada por um procurador constituído, deverá ser apresentada procuração com reconhecimento de firma e em papel timbrado da empresa.

5.3.1.3. Somente serão recebidas/inscritas as obras/coleções que forem pré-inscritas no SIMAD.

5.3.1.4. A obra/coleção inscrita deverá ter um único titular do direito autoral de todos os volumes que a compõe.

5.3.1.5. Somente será aceita a pré-inscrição de obra ou coleção cujo(s) autor(es), organizador(es) ou editor(es) responsável(is) seja(m) pessoa(s) física(s), identificadas na primeira capa do livro ou coleção e no SIMAD.

5.3.2. Da entrega da documentação

5.3.2.1. As editoras que realizarem a pré-inscrição de obras/coleções serão convocadas pelo FNDE, ou por empresa contratada para este fim, para entrega dos seguintes documentos em dia, horário e local previamente agendados:

5.3.2.1.1. Declaração de Edição, modelo no **Anexo III** do edital;

5.3.2.1.2. Declaração de Originalidade, modelo no **Anexo IV** do edital;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

5.3.2.1.3. Declaração de Obras Didáticas de Alfabetização Inscritas no PNLA 2010, modelo no **Anexo V** do edital, se for o caso;

5.3.2.1.4. Cópia do contrato de edição – instrumento mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar as obras/coleções didáticas, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nº 9.610/98 e nº 5.988/73;

5.3.2.1.5. Cópia de diplomação e/ou titulação acadêmica – cópia autenticada do diploma, certificado ou declaração de conclusão de curso, emitida por instituição de ensino superior, do(s) autor(es), co-autor(es), e/ou colaborador(es);

5.3.2.1.5.1. Entende-se por colaborador qualquer pessoa que tenha, a qualquer tempo, contribuído como assessor, consultor, prefaciador ou apresentador, na confecção de trechos da coleção submetida ao PNLD EJA e que tenha seu nome citado como tal em qualquer parte da coleção.

5.3.2.1.6. Para a inscrição de obras e coleções didáticas para o PNLD EJA 2011, deverão ser entregues também os documentos, no que couber:

5.3.2.1.6.1. Declaração de Primeira Avaliação, modelo no **Anexo VI** do edital para obras inéditas;

5.3.2.1.6.2. Declaração de Reinscrição, modelo no **Anexo VII** do edital, para coleções reapresentadas;

5.3.2.1.6.3. Declaração de Revisão e Atualização, modelo no **Anexo VIII** do edital, para a obra excluída; e

5.3.2.1.6.4. Ficha de Correção, modelo no **IX** do edital, para obras excluídas.

5.3.2.2. Os documentos solicitados no **subitem 5.3.2.1** e entregues na inscrição não isentam ou substituem a entrega dos documentos que serão solicitados às editoras no processo de habilitação descrito no **item 8** deste edital.

5.3.3. Da entrega das obras/coleções didáticas

5.3.3.1. As editoras que realizarem a pré-inscrição serão convocadas pelo FNDE para entrega das obras/coleções, em dia, horário e local previamente agendados.

5.3.3.2. Deverão ser entregues 9 (nove) exemplares do livro do aluno, acompanhados de 9 (nove) exemplares do respectivo manual do educador, sendo, obrigatoriamente, 2 (dois) exemplares do livro do aluno e do manual do educador caracterizados e 7 (sete) exemplares do livro do aluno e do manual do educador descaracterizados, conforme definido no **Anexo I**.

5.3.3.3. Os exemplares das obras/coleções a serem entregues deverão corresponder à mais recente edição.

5.3.3.4. Os exemplares das obras/coleções a serem entregues deverão estar embalados e identificados externamente por categoria, por composição e por ano.

5.3.3.5. Os exemplares das obras/coleções deverão ser entregues em edição finalizada, com todos os textos, imagens, diagramação, cores e número de páginas definitivas, inclusive com acabamento e matéria prima definitiva (papel, grampo, cola etc.), e deverão guardar consonância com as especificações informadas no SIMAD por ocasião da pré-inscrição das obras, prevista no **subitem 5.2.** deste edital. Todas as características do projeto gráfico e editorial da obra/coleção inscrita deverão ser mantidas caso a coleção seja selecionada.

5.3.3.6. Exclusivamente para o processo de avaliação, além dos acabamentos definidos nas especificações técnicas, será aceito o acabamento espiralado.

5.3.3.7. A editora deverá disponibilizar, oportunamente, conforme orientação a ser fornecida pela SECAD/MEC, a imagem da primeira capa de cada volume das obras/coleções inscritas, com as seguintes especificações: CMYK; 300 DPI; Formato TIF.

5.3.4. Do local

5.3.4.1. A entrega da documentação e das obras/coleções relativas ao objeto deste edital será na cidade de São Paulo-SP, em local a ser informado posteriormente pelo FNDE ou por empresa contratada para este fim.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

5.3.5. Da comprovação de inscrição

5.3.5.1. Para efeito de confirmação da inscrição será emitido **Comprovante de Entrega**, após serem conferidos os exemplares das obras/coleções, CD em áudio e a documentação.

5.3.5.2. Somente será aceita a inscrição da obra/coleção e emitido o respectivo comprovante mediante entrega conjunta de toda a documentação exigida no **subitem 5.3.2.1.** e dos exemplares das obras/coleções exigidos no **subitem 5.3.3.2.**, sendo vedado o recebimento parcial da documentação, dos exemplares das obras/coleções.

5.3.5.2.1. Entende-se por exemplar da obra/coleção o conjunto formado pelo livro do aluno, manual do educador e o CD de áudio, no caso da obra conter o componente curricular Língua Estrangeira.

6. DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS OBRAS/COLEÇÕES DIDÁTICAS

6.1. Constituem etapas do processo de avaliação das obras/coleções didáticas a triagem, a pré-análise e a avaliação pedagógica.

6.2. Da Triagem

6.2.1. A triagem consiste na análise das obras/coleções inscritas, de acordo com critérios estabelecidos no **Anexo I** deste edital.

6.2.2. As obras/coleções que não atenderem às exigências contidas no **Anexo I** deste edital serão excluídas.

6.2.3. Caso haja inconsistência e/ou divergência entre a documentação e a obra/coleção entregues com os dados preenchidos no SIMAD, a obra/coleção será excluída do processo de avaliação.

6.3. Da pré-análise e da avaliação pedagógica

6.3.1. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD realizará a pré-análise das obras/coleções inscritas que se enquadrarem no **item 3** deste edital, bem como procederá à avaliação do seu conteúdo pedagógico, obedecendo aos princípios e critérios estabelecidos no **Anexo X** deste edital.

6.3.2. Da pré-análise

6.3.2.1. Na pré-análise serão excluídas, do PNLD EJA 2011, as obras/coleções didáticas que:

6.3.2.1.1. não atendam ao disposto no **item 1 e 3** deste edital;

6.3.2.1.2. não atendam ao disposto no **subitem 5.3.3.2** deste edital;

6.3.2.1.3. obras que tenham sido excluídas em avaliação pedagógica anterior e não apresentem documentação comprobatória de revisão, atualização e correção, conforme estabelecem os **subitens 5.3.2.1.6.3 e 5.3.2.1.6.4** deste edital.

6.3.3. Da Avaliação Pedagógica

6.3.3.1. A avaliação pedagógica consiste na análise das obras/coleções didáticas segundo as especificações constantes nos **itens 1 e 3** bem como os princípios e critérios estabelecidos no **Anexo X** deste edital, com o objetivo de indicar as obras/coleções adequadas a alfabetização de jovens e adultos bem como aos anos iniciais e finais do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

6.3.3.2. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, ou instituição contratada para este fim, será a responsável pela realização da avaliação do conteúdo pedagógico das obras/coleções inscritas, obedecendo aos princípios e critérios estabelecidos no **Anexo X**.

6.3.3.3. As obras/coleções selecionadas farão parte do Guia de Livros Didáticos para Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA 2011, destinado às entidades parceiras do PBA e as escolas públicas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

6.3.3.4. Os pareceres referentes à análise de cada obra/coleção poderão ser disponibilizados às editoras somente após o final do processo de avaliação, mediante requisição formal à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 7º Andar, Sala 711, CEP 70047-900 – Brasília – DF.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

6.3.4. Do Guia de Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos

6.3.4.1. Após o processo de avaliação pedagógica, será elaborado o Guia de Livros Didáticos para Educação de Jovens e Adultos, a ser distribuído às entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado, as escolas federais e às redes de ensino estaduais e municipais, beneficiárias do programa, com o objetivo de auxiliar os responsáveis na escolha dos livros ou coleções didáticas.

6.4. Do Processo de Escolha

6.4.1. O processo de escolha das obras didáticas e das coleções didáticas para a Educação de Jovens e Adultos reger-se-á pelos princípios da autonomia, transparência e participação dos educadores no processo, considerando a proposta pedagógica de alfabetização, no caso da entidade parceira do PBA, e a proposta pedagógica para a EJA, no caso das escolas federais e das redes de ensino, bem como da avaliação dos resultados de aprendizagem dos alunos.

6.4.2. O processo de escolha das obras didáticas para alfabetização de jovens e adultos, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, é de inteira responsabilidade das entidades parceiras do PBA, devendo contar com a participação no processo do gestor local, dos coordenadores de turma e alfabetizadores e estar fundamentada numa justificativa técnica elaborada conjuntamente.

6.4.3. Nas escolas federais e redes de ensino que ofertam a Educação de Jovens e Adultos, beneficiárias do Programa, o processo de escolha das obras ou coleções didáticas destinadas a Educação de Jovens e Adultos será de responsabilidade das redes de ensino, devendo contar com a participação das escolas e dos educadores da EJA.

7. DA ACESSIBILIDADE

As obras adquiridas no âmbito do PNLD EJA 2011 poderão também ser requeridas pelo FNDE aos editores em meio digital, conforme padrão a ser especificado, podendo seu conteúdo ser convertido e reproduzido nos formatos correspondentes para utilização com vistas à educação especial, para distribuição física ou disponibilização eletrônica às escolas, inclusive mediante contrato, convênio ou parceria com outras instituições, permanecendo os arquivos sob guarda e responsabilidade do Ministério da Educação.

7.1. Os editores ficam autorizados a realizar a produção e a distribuição das suas obras aprovadas, com vistas à educação especial, no formato Libras, diretamente ou mediante contratação de instituição parceira, com aquisição assegurada pelo FNDE no âmbito do PNLD EJA 2011, sujeita à regulação e contratação específicas.

8. DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO

8.1. Com base na escolha das obras/coleções pelas entidades parceiras do PBA, escolas federais e redes de ensino estaduais e municipais, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE procederá à habilitação dos editores.

8.2. Da habilitação

8.2.1. A habilitação das editoras será realizada por Comissão Especial de Habilitação, instituída pelo FNDE, e consistirá na análise da documentação prevista na Lei nº 8.666/93, na IN/MARE nº 05/95, no Decreto nº 3.722/01, na Lei nº 9.610/98, na Lei nº 5.988/73 e respectivas alterações, bem como da documentação exigida no **Anexo XI**, a ser apresentada pela editora, quando convocada pelo FNDE.

8.2.1.1. As obras e coleções didáticas selecionadas, na forma prevista no **subitem 6.3.3.** deste edital, somente serão adquiridas, produzidas e entregues se a editora comprovar, por meio dos documentos previstos no **Anexo XI**, que detém o direito patrimonial sobre elas.

8.2.1.2. Será considerado habilitado o titular de direito autoral que, por meio dos documentos previstos no **Anexo XI**, atender as condições de habilitação e qualificação exigidas por este edital.

8.2.2. Toda e qualquer documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada datada e assinada pelo titular de direito autoral ou por seu procurador público;

8.2.2.1. Caso a documentação seja apresentada por procurador, deverá ser encaminhado também o instrumento público de procuração, conferindo poderes expressos para apresentação de documentos.

8.2.3. Os documentos necessários à habilitação, em conformidade com o disposto no **Anexo XI**, poderão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por cartório competente ou pela Comissão Especial de Habilitação, mediante a apresentação dos documentos originais;

8.2.4. Os titulares de direito autoral terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data do e-mail de convocação do FNDE, para apresentação da documentação exigida no **Anexo XI** deste edital, sob pena da obra/coleção ser excluída.

8.2.5. A Comissão Especial de Habilitação, no curso do processo de análise da documentação, possui a prerrogativa de promover diligências, solicitar esclarecimentos, estabelecer exigências a serem cumpridas, objetivando certificar-se da licitude, veracidade e eficácia da documentação e respectivos dados fornecidos.

8.2.5.1. As diligências e exigências requeridas pela Comissão Especial de Habilitação serão realizadas pelo envio de e-mail ao endereço eletrônico constante nos dados cadastrais fornecido pela editora quando da etapa de pré-inscrição.

8.2.5.2. Nos casos em que a Comissão Especial de Habilitação expedir diligência para complementação de documentos, o habilitando terá 5 (cinco) dias corridos para efetuar a entrega, sob pena da editora ser considerada não habilitada ou suas obras/coleções didáticas serem excluídas, na forma dos **subitens 8.3.1.2.** e **8.3.1.3.** deste edital.

8.2.5.3. O termo inicial para contagem de prazo para cumprimento das diligências ou exigências requeridas será a data de envio do e-mail expedido pelo membro da Comissão Especial de Habilitação ao endereço eletrônico informado na pré-inscrição.

8.2.6. Para verificar se foram observados os prazos assinados pela Comissão Especial de Habilitação, será considerado como termo final o seguinte:

8.2.6.1. a data de postagem efetuada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, caso os documentos sejam encaminhados por meio de SEDEX ou carta registrada;

8.2.6.2. a data de entrada no protocolo do FNDE, caso a documentação seja entregue pessoalmente.

8.3. Do resultado do processo de habilitação

8.3.1. Do processo de habilitação poderá resultar:

8.3.1.1. Habilitação da editora sem exclusão de obras/coleções didáticas;

8.3.1.2. Habilitação da editora com exclusão de obras/coleções didáticas;

8.3.1.3. Não habilitação da editora.

8.3.2. A habilitação da editora sem exclusão de obras/coleções didáticas possibilitar-lhe-á prosseguir nas demais fases previstas neste edital.

8.3.3. A habilitação da editora com exclusão de obras/coleções didáticas possibilitar-lhe-á prosseguir nas demais fases previstas neste edital somente com as obras/coleções não excluídas.

8.3.4. A não habilitação excluirá a editora do processo de avaliação e seleção e, conseqüentemente, impedirá que ela prossiga nas demais fases previstas neste edital.

9. DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO, PRODUÇÃO E ENTREGA

9.1. Após o processo de habilitação formal das editoras, e somente se habilitada, o FNDE procederá à execução das demais etapas do programa.

9.2. Da aquisição

9.2.1. Com base na escolha informada pelas entidades parceiras do PBA, escolas federais e redes de ensino e com base nos dados constantes no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e no cadastro de alfabetizandos, alfabetizadores, coordenadores de turma, tradutores e intérpretes de LIBRAS efetuado pelas entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado no Sistema Brasil Alfabetizado – SBA, o FNDE/MEC convocará, por meio de Comissão Especial de Negociação instituída para esse fim, os editores habilitados para procederem à negociação de preços.

9.2.2. O FNDE poderá solicitar, a seu critério, planilha dos custos praticados pelo editor, conforme



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

diferentes níveis de tiragem, em formulário próprio a ser enviado.

9.3. Do Contrato Administrativo

9.3.1. Com base nos valores negociados, as editoras e o FNDE formalizarão os contratos administrativos.

9.3.2. O FNDE verificará por meio de consulta *on line* ao SICAF, os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) da editora.

9.3.2.1. Caso quaisquer desses índices estejam inferiores ou iguais a 01 (um), será exigida prestação de garantia em uma das modalidades previstas pelo § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, e modificações posteriores.

9.3.2.1.1. Os títulos da dívida pública apresentados como garantia deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.

9.3.2.2. A garantia a ser prestada corresponderá a três por cento do valor a ser contratado, devendo ser entregue ao FNDE até a data da assinatura do contrato.

9.3.2.3. A apresentação de garantia contratual, nos casos em que se fizer necessária, é condição para assinatura do contrato administrativo.

9.3.2.4. A liberação e a restituição da garantia somente ocorrerão ao término da vigência do contrato e do cumprimento das obrigações contratuais, em especial a(s) cláusula(s) referente(s) ao controle de qualidade.

9.4. Da produção

9.4.1. Após a assinatura dos contratos, as editoras contratadas estarão aptas a iniciarem a produção das obras/colecções a serem distribuídas aos alunos do PBA e das escolas públicas de ensino fundamental na modalidade EJA, de acordo com as especificações técnicas contidas no **Anexo II**. Não serão aceitas quaisquer alterações nas obras/colecções avaliadas e selecionadas para o PNLD EJA 2011, ou seja, os livros deverão ser impressos idênticos àqueles pré-inscritos no Programa, conforme **subitem 5.2.** deste edital.

9.5. Do Controle de Qualidade

9.5.1. Por ocasião da produção das obras/colecções, o FNDE, ou a instituição contratada para este fim, poderá realizar Controle de Qualidade, mediante amostragem definida na NBR 5426/1985 – ABNT, em nível de inspeção a ser definido em contrato, que consistirá na análise dos itens de não conformidade constantes da Resolução n.º 3, de 23 de março de 2005, do Conselho Deliberativo do FNDE, publicada no Diário Oficial da União, ou outra que vier a substituí-la, com vistas à verificação da qualidade do produto a ser entregue.

9.6. Da entrega

9.6.1. As obras/colecções serão entregues/postadas diretamente pelas editoras ao FNDE ou à instituição contratada para este fim, conforme Instrução Operacional a ser fornecida no momento da negociação.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A pré-inscrição das obras/colecções implica aceitação, pelo participante, de forma integral e irrevogável dos termos deste edital, bem como da legislação aplicável, especialmente em matéria de direito autoral, não cabendo controvérsias e impugnações posteriores.

10.1.1. A pré-inscrição das obras/colecções não implica qualquer benefício futuro em processos de avaliação de obras/colecções didáticas em programas relacionados ao livro didático.

10.1.2. Não serão aceitas, após o período da pré-inscrição, alteração nos dados cadastrados da obra ou coleção no SIMAD, bem como de alteração na obra/colecção entregue e documentos apresentados no ato da inscrição.

10.2. A qualquer tempo o presente edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10.3. As etapas do processo referente ao presente edital estarão sob a integral responsabilidade:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- 10.3.1. do FNDE:** cadastramento das editoras e pré-inscrição das obras/coleções;
- 10.3.2. do FNDE e da instituição a ser contratada por ele:** inscrição/recepção das obras/coleções e da documentação, bem como da triagem efetiva dos títulos inscritos;
- 10.3.3. da SECAD:** pré-análise, avaliação pedagógica das obras e divulgação do resultado da avaliação.
- 10.3.4. das escolas públicas federais e das redes de ensino estaduais e municipais:** organizar o processo de escolha das obras ou coleções didáticas junto às escolas e educadores.
- 10.3.5. dos gestores locais e dos coordenadores de turma das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado – PBA,** em consenso com os alfabetizadores, fundamentados numa justificativa técnica elaborada conjuntamente: escolha das obras.
- 10.3.6. da Comissão Especial de Habilitação/FNDE:** análise e deliberação quanto à documentação apresentada pelos titulares de direitos autorais;
- 10.3.7. da Comissão Especial de Negociação/FNDE:** negociação dos preços das obras/coleções;
- 10.3.8. do Titular de Direito Autoral:** produção e postagem;
- 10.3.9. do FNDE e da instituição a ser contratada por ele:** controle de qualidade;
- 10.3.10. do FNDE da instituição a ser contratada por ele:** distribuição;
- 10.3.11. do FNDE e responsáveis pelas escolas federais e redes de ensino estaduais e municipais:** acompanhamento/monitoramento da execução do Programa.
- 10.4.** Situações não previstas neste edital serão analisadas pela SECAD ou pelo FNDE, de acordo com as suas competências e com a natureza do assunto.
- 10.5.** O titular de direito autoral deve manter toda a documentação atualizada durante o período de execução do contrato, especialmente no que se refere às exigências de regularidade jurídica, econômico-financeira e fiscal No SICAF, bem como a documentação referente às coleções didáticas selecionadas.
- 10.5.1.** Sem prejuízo da documentação exigida durante o processo de habilitação, nos termos do **item 8** deste edital, o FNDE poderá exigir, a qualquer tempo, das editoras, a apresentação dos contratos firmados com os autores de ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a coleção.
- 10.5.1.1.** A recusa pela editora em apresentar os contratos mencionados no **subitem 10.5.1**, ou sua apresentação intempestiva ou incompleta, poderão ensejar a não contratação pelo FNDE.
- 10.6.** Constitui obrigação da editora informar ao FNDE, previamente ou imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as obras/coleções selecionadas com base no presente edital.
- 10.6.1.** O FNDE poderá, a qualquer tempo, deixar de contratar a editora detentora dos direitos patrimoniais da obra/coleção selecionada quando tiver ciência de litígio sobre direito autoral ou edição da obra/coleção.
- 10.7.** A inscrição das obras/coleções não implica na obrigatoriedade de firmatura de contrato de aquisição por parte do FNDE, tampouco confere direito a indenizações a título de reposição de despesas realizadas no cumprimento de etapas deste edital ou na produção da obra/coleção, bem como não confere direito a lucro cessante, em caso de não-aprovação no processo de triagem e/ou avaliação pedagógica, escolha, habilitação e negociação.
- 10.8.** De acordo com as responsabilidades, conforme definido no **subitem 10.3**. deste edital, os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos, por escrito, ao FNDE, por meio da Coordenação-Geral dos Programas do Livro, no Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco F – Edifício FNDE – Sala 1401 – CEP 70070-929 – Brasília – DF, e à Diretoria de Políticas de Jovens e Adultos da SECAD, no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 7º Andar, Sala 711, CEP 70047-900 – Brasília – DF, conforme o caso.
- 10.9.** Será de inteira responsabilidade das editoras a veracidade das informações fornecidas ao FNDE.
- 10.10.** Em nenhuma hipótese serão devolvidas às editoras a documentação e as obras/coleções apresentadas para fins de cumprimento das etapas descritas neste edital, independentemente do resultado da seleção.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

10.11. Este edital não dispensa o atendimento das exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 8.666/93, quando da celebração dos futuros contratos administrativos.

10.12. Integram o presente edital, como se transcrito fosse e como parte indissolúvel, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Estrutura Editorial, Triagem e Critérios de Exclusão na Triagem;
- b) Anexo II – Especificações Técnicas;
- c) Anexo III – Modelo de Declaração de Edição;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Originalidade;
- e) Anexo V – Modelo de Declaração de Obra Didática Avaliada e selecionada no PNLA 2010;
- f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Primeira Avaliação;
- g) Anexo VII – Modelo de Declaração de Reinscrição;
- h) Anexo VIII – Modelo de Declaração de Revisão e Atualização;
- i) Anexo IX – Ficha de Correção da Obra;
- j) Anexo X – Princípios e Critérios para a Avaliação das obras inscritas para processo de avaliação – PNLD EJA 2011;
- k) Anexo XI – Documentos Necessários ao Processo de Habilitação; e
- l) Anexo XII – Modelo de Declaração de Titularidade de Direito Patrimonial.

Brasília, 18 de setembro de 2009.

DANIEL SILVA BALABAN
Presidente do FNDE

ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO
Secretário da SECAD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO I

ESTRUTURA EDITORIAL, TRIAGEM E CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO NA TRIAGEM

1. ESTRUTURA EDITORIAL DO LIVRO DO ALUNO E DO MANUAL DO EDUCADOR

1.1. Na primeira capa:

- 1.1.1. Título da coleção e título do livro;
- 1.1.2. Nome do(s) autor(es), ou pseudônimo;
- 1.1.3. Nome da editora (razão social ou nome fantasia ou logotipo da editora);
- 1.1.4. No manual do educador a expressão “Manual do Educador” em local e tamanho de fácil identificação;
- 1.1.5. Selo do PNLD EJA;
- 1.1.6. Selo carimbo do Acordo Ortográfico;
- 1.1.7. A expressão “Educação de Jovens e Adultos” seguida, no caso exclusivo das Categorias 2 e 3, da etapa a que se destina conforme subitem 3.11 do edital;
- 1.1.8. A identificação do volume e do componente curricular conforme abaixo:

Categoria 1	Identificação do Volume	Componente Curricular
Composição A	Volume único	Alfabetização

Categoria 2	Identificação do Volume	Componente Curricular
Composição B	Volume único	Alfabetização
	Volume único	Multidisciplinar
Composição C	Volume único	Alfabetização
	Volume 1	Multidisciplinar
	Volume 2	Multidisciplinar
Composição D	Volume único	Alfabetização
	Volume 1	Língua Portuguesa
	Volume 2	Matemática
	Volume 3	História
	Volume 4	Geografia
	Volume 5	Artes
Composição E	Volume 6	Ciências
	Volume 1	Identificação do tema
	Volume 2	Identificação do tema
	Volume 3	Identificação do tema



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

	Volume 4	Identificação do tema
	Volume 5 (se houver)	Identificação do tema
	Volume 6 (se houver)	Identificação do tema

Categoria 3	Identificação do Volume	Componente Curricular
Composição F	Volume 1	Multidisciplinar
	Volume 2	Multidisciplinar
	Volume 3	Multidisciplinar
	Volume 4	Multidisciplinar
Composição G	Volume 1	Língua Portuguesa
	Volume 2	Matemática
	Volume 3	História
	Volume 4	Geografia
	Volume 5	Ciências
	Volume 6	Artes
	Volume 7	Língua Estrangeira Moderna – Inglês ou Espanhol
Composição H	Volume 1	Identificação do tema
	Volume 2	Identificação do tema
	Volume 3	Identificação do tema
	Volume 4	Identificação do tema
	Volume 5 (se houver)	Identificação do tema
	Volume 6 (se houver)	Identificação do tema

Categoria 4	Identificação do Volume	Componente Curricular
Composição I	Volume único	História Regional e Geografia Regional

1.2. Na segunda e terceira capas das obras, exceto para as que possuem o componente curricular de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol):

a) Não devem conter textos ou ilustrações.

1.3. Na terceira capa das obras que possuem o componente curricular de **Língua Estrangeira Moderna** (Inglês e Espanhol)

Embalagem contendo CD em áudio, devendo ter impresso tanto na embalagem como no rótulo do CD:

a) Título da coleção e título do livro;

b) A expressão “Educação de Jovens e Adultos” seguida da etapa a que se destina, conforme **item 1.1.7** deste anexo;

c) Nome do(s) autor(es), ou pseudônimo;

d) Nome da editora (razão social ou nome fantasia ou logotipo da editora);

e) Selo do PNLD EJA;

f) ISBN do livro do qual é parte integrante;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- g) No livro do aluno a expressão “CD do Aluno”, em local e tamanho de fácil identificação; e
- h) No manual do educador a expressão “CD do Educador”, em local e tamanho de fácil identificação.

1.4. Na quarta capa:

- a) Hino Nacional; e
- b) Número do ISBN.

1.5. Na folha de rosto:

Frente:

- a) Título da coleção e título do livro;
- b) A expressão “Educação de Jovens e Adultos” seguida da etapa a que se destina, conforme item 1.1.7 deste anexo;
- c) Nome do(s) autor(es) ou pseudônimo;
- d) Nome da editora (razão social ou nome fantasia ou logotipo da editora); e
- e) Número da edição, inclusive quando for a primeira, local e ano de publicação.

Verso:

- a) Ficha catalográfica; e
- b) Nome e endereço completo da editora.

1.6. No miolo do Manual do Educador:

Deve conter instruções e orientações teórico-metodológicas ao educador, acompanhadas do livro do aluno de forma integral, com ou sem comentários adicionais.

1.7. Na lombada:

Para livros com lombada quadrada:

- a) Título da coleção, quando for coleção, ou título da obra, quando for volume único;
- b) A expressão “Educação de Jovens e Adultos” seguida da etapa a que se destina, conforme item 1.1.7 deste anexo; e
- c) Identificação do volume, conforme descrito no subitem 1.1.8 deste anexo.

2. ESTRUTURA EDITORIAL DO LIVRO A SER ENTREGUE NA ETAPA DE AVALIAÇÃO E TRIAGEM

2.1. Para o Livro do Aluno e o Manual do Educador Caracterizados:

2.1.1. Os exemplares devem ser entregues conforme especificações do item 1 deste anexo, exceto o selo do PNLD EJA, subitem 1.1.5, e o selo carimbo do Acordo Ortográfico, subitem 1.1.6.

2.2. Para o Livro do Aluno e o Manual do Educador Descaracterizados:

2.2.1. A primeira capa:

Deve trazer única e exclusivamente os elementos abaixo identificados, não sendo permitida a inserção de ilustrações ou outros textos:

- a) Os elementos definidos nos subitens 1.1.7 a 1.1.8 do subitem 1.1 deste anexo,;
- b) No livro do aluno a expressão “Livro do Aluno”, em local e tamanho de fácil identificação; e
- c) No manual do educador a expressão “Manual do Educador”, em local e tamanho de fácil identificação.

2.2.2. A segunda e quarta capas:

- a) Não devem possuir textos ou ilustrações.

2.2.3. A terceira capa, exceto para as obras que possuem o componente curricular de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol):

- a) Não devem possuir textos ou ilustrações.

2.2.4. A terceira capa das obras que possuem o componente curricular de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Embalagem contendo CD em áudio, devendo ter impresso tanto na embalagem como no rótulo do CD:

- a) A expressão “Educação de Jovens e Adultos” seguida da etapa a que se destina, conforme subitem 3.11 do edital;
- b) No CD do aluno a expressão “CD do Aluno”, em local e tamanho de fácil identificação; e
- c) No CD do educador a expressão “CD do Educador”, em local e tamanho de fácil identificação.

2.2.5. A folha de rosto:

- a) Não deve possuir textos ou ilustrações.

2.2.6. O miolo:

- a) Não deve conter texto ou elementos que identifiquem a editora, e/ou o(s) autor(es), e/ou colaborador (es), e/ou título da coleção ou do livro.

2.2.7. A lombada:

- a) Não deve possuir textos ou ilustrações.

3. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Serão excluídas as obras que apresentarem as seguintes não-conformidades, mesmo que seja em apenas um dos exemplares entregues.

A – REFERENTE AO ELEMENTOS GERAIS DA OBRA CARACTERIZADA E DESCARACTERIZADA	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	NÃO-CONFORMIDADE
A1	Obra que não se apresente conforme sua categoria e composição.
A2	Obras com anexos ou similares em volume separado.
A3	Obra com edição não finalizada.
A4	Obra, cujos exemplares entregues não são exatamente iguais.
A5	Obra com rasura quer seja nas capas ou no miolo.
A6	Livro do Aluno não acompanhado do respectivo Manual do Educador.
A7	Manual do Educador não acompanhado do Livro do Aluno.
A8	Livro do aluno, cuja composição contenha o componente curricular Língua Estrangeira Moderna, não acompanhado do CD em áudio na terceira capa.
A9	Manual do educador, cuja composição contenha o componente curricular Língua Estrangeira Moderna, não acompanhado do CD em áudio na terceira capa
A10	Obra cujos exemplares entregues não são da mesma edição.
A11	Obra que apresenta páginas faltantes.
A12	Obra que apresenta páginas trocadas.
A13	Obra que apresenta páginas invertidas.
A14	Obra que apresenta falhas de impressão impedindo a leitura.
A15	Obra que apresenta textos ou ilustrações na segunda e terceira capas.
A16	A coleção quando um dos seus volumes for excluído.
B – REFERENTE AOS ELEMENTOS DA OBRA PRÉ-INSCRITOS NO SIMAD	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	NÃO-CONFORMIDADE
B1	Obra pré-inscrita no SIMAD em mais de uma composição na mesma categoria.
B2	Obra cuja edição indicada nos exemplares não seja exatamente igual à edição pré-inscrita no SIMAD.
B3	Obra cuja edição indicada nos documentos entregues não seja exatamente igual à edição pré-inscrita no SIMAD.
B4	Obra entregue na inscrição cujas especificações não sejam exatamente iguais ao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

	pré-inscrito no SIMAD.
B5	A primeira capa da obra caracterizada não traz o título do livro <u>exatamente</u> igual ao registrado no SIMAD.
B6	A primeira capa da obra caracterizada não traz o título da coleção <u>exatamente</u> igual ao registrado no SIMAD.
B7	A primeira capa da obra caracterizada não traz o nome do(s) autor(es) igual ao registrado no SIMAD, ou pelo menos um dos nomes registrados no campo "autor" do SIMAD.
B8	A primeira capa não apresenta o nome da editora igual ao registrado no SIMAD.
B9	O miolo da obra caracterizada não tem o número de páginas <u>exatamente</u> igual ao registrado no SIMAD.
C – REFERENTE AOS ELEMENTOS DA OBRA CARACTERIZADA	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	NÃO-CONFORMIDADE
C1	Não traz na primeira capa o título do livro.
C2	Não traz na primeira capa o título da coleção.
C3	Não apresenta na primeira capa o nome do autor ou os autores ou pseudônimo.
C4	Não traz na primeira capa o nome da editora (razão social ou nome fantasia ou logotipo).
C5	Não traz na primeira capa a expressão "Educação de Jovens e Adultos" seguida da etapa a que se destina, conforme definida no subitem 1.1.7.
C6	Não apresenta na primeira capa a identificação do volume, conforme definido no subitem 1.1.8 deste anexo.
C7	Não apresenta na primeira capa a identificação do componente curricular, conforme definido no subitem 1.1.8 deste anexo.
C8	Não apresenta na primeira capa a expressão <i>Manual do Educador</i> no manual do educador.
C9	Não apresenta o Hino Nacional na 4ª capa.
C10	Não apresenta o número do ISBN na 4ª capa.
C11	Não apresenta o título do livro e o título da coleção na frente da folha de rosto.
C12	Não apresenta o nome do autor ou autores ou pseudônimo na frente da folha de rosto.
C13	Não apresenta o nome da editora (razão social ou nome fantasia ou logotipo da editora) na frente da folha de rosto.
C14	Não apresenta o número de edição, inclusive quando for a primeira, na frente da folha de rosto.
C15	Não apresenta o local de publicação na frente da folha de rosto.
C16	Não apresenta o ano de publicação na frente da folha de rosto.
C17	Não apresenta a ficha catalográfica no verso da folha de rosto.
C18	Não apresenta a expressão "Educação de Jovens e Adultos" seguida da etapa a que se destina, conforme item 1.1.7 deste anexo;
C19	Não apresenta o nome e o endereço completo da editora no verso da folha de rosto.
C20	Obra de lombada quadrada que não apresenta o título da obra ou coleção na lombada.
C21	Obra de lombada quadrada que não apresenta expressão "Educação de Jovens e Adultos" seguida da etapa a que se destina, conforme definida no subitem 3.1.1.
C22	Obra de lombada quadrada que não apresenta a identificação do volume, conforme definido no subitem 1.1.8 deste anexo.
C23	Obra que contenha Língua Estrangeira Moderna e não apresenta no rótulo e na embalagem do CD o título do livro e o título da coleção.
C24	Obra que contenha Língua Estrangeira Moderna e não apresenta no rótulo e na embalagem do CD o nome do autor ou autores ou pseudônimo.
C25	Obra que contenha Língua Estrangeira Moderna e não apresenta no rótulo e na embalagem do CD o nome da editora (razão social ou nome fantasia ou logotipo da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

	editora)
C26	Obra que contenha Língua Estrangeira Moderna e não apresenta no rótulo e na embalagem do CD a expressão “Educação de Jovens e Adultos” seguida da etapa da educação a que se destina, conforme item 1.1.7 deste anexo.
C27	Obra que contenha Língua Estrangeira Moderna e não apresenta no rótulo e na embalagem do CD o ISBN do livro do qual é parte integrante, conforme subitem 1.3 deste anexo.
C28	Obra que contenha Língua Estrangeira Moderna e não apresenta no rótulo e na embalagem do CD do aluno a expressão “CD do Aluno”.
C29	Obra que contenha Língua Estrangeira Moderna e não apresenta no rótulo e na embalagem do CD do educador a expressão “CD do Educador”.
D – REFERENTE AOS ELEMENTOS DA OBRA DESCARACTERIZADA	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	NÃO-CONFORMIDADE
D1	Obra que apresenta na primeira capa outros elementos (texto ou ilustração) além dos seguintes: a expressão “Educação de Jovens e Adultos”, seguida da etapa a que se destina, identificação do volume e do componente curricular conforme subitem 1.1.8 deste anexo, expressão “Livro do Aluno” ou “Manual do Educador”.
D2	Obra que apresenta na segunda e quarta capa qualquer texto ou ilustração.
D3	Obra que apresenta na terceira capa textos ou ilustrações, exceto para as obras que possuem o componente curricular de Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol).
D4	Obra acompanhada de CD que apresenta na embalagem e no rótulo do CD outros elementos (texto ou ilustração) além dos seguintes: a expressão “livro do aluno” ou “Manual do Educador”, a expressão “Educação de Jovens e Adultos” seguida da etapa a que se destina.
D5	Obra que traga gravado no conteúdo do CD textos ou elementos que identifiquem a editora, autor(es), colaborador(es) e/ou título da obra.
D6	Obra que traga na folha de rosto textos ou ilustrações.
D7	Obra que traga na lombada textos ou ilustrações.
D8	Obra que traga no miolo textos ou elementos que identifiquem a editora, autor(es) colaborador(es) e/ou título da obra.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. LIVROS DIDÁTICOS (1º ano):

- 1.1. Formato:** 205 mm x 275 mm, com desvio de até mais ou até menos 3 mm.
- 1.2. CAPA:** Cartão branco de gramatura entre 240 e 336 g/m² (250 a 300 g/m² nominais, com tolerância de variação de até menos 4% na gramatura nominal inferior e de até mais 12% na gramatura nominal superior), revestido na frente, plastificado ou envernizado com verniz UV.
- 1.3. MIOLO:** Papel “off set” branco de gramatura entre 86 e 94 g/m² (90 g/m², com tolerância de variação de até 4% nas gramaturas nominais, para mais ou para menos). Alvura mínima de 80% (oitenta por cento) e opacidade mínima de 82% (oitenta e dois por cento).

2. LIVROS DIDÁTICOS (2º ao 9º ano):

- 2.1. Formato:** 205 mm x 275 mm, com desvio de até mais ou até menos 3 mm.
- 2.2. CAPA:** Cartão branco de gramatura entre 240 e 336 g/m² (250 a 300 g/m² nominais, com tolerância de até menos 4% na gramatura nominal inferior e de até mais 12% na gramatura nominal superior), revestido na frente, plastificado ou envernizado com verniz UV.
- 2.3. MIOLO:** Papel “off set” branco de gramatura entre 72 e 78 g/m² (75 g/m² nominais, com tolerância de até 4% na gramatura nominal, para mais ou para menos). Alvura mínima de 80% (oitenta por cento) e opacidade mínima de 82% (oitenta e dois por cento).

3. ACABAMENTO:

- 3.1. Para exemplares com até 96 páginas de miolo:**
 - a) tipo de lombada: canoa;
 - b) miolo e capa: grampeados com 2 (dois) grampos acavalados na lombada.
 - c) características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;
 - d) grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro com variação de 2 cm, e tolerância máxima de desalinhamento de 0,5 mm em relação ao vinco da dobra;
 - e) a distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm;
 - f) a distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro
- 3.2. Para exemplares com mais de 96 páginas e até 160 páginas de miolo:**
 - a) miolo costurado com linha, “falsa/termo costura”, ou costura de cola, ou colagem PUR, ou grampeado com 2 (dois) grampos internos e colado à capa em toda a extensão da lombada;
 - b) características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;
 - c) grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro, com variação de 2 cm, afastado 4 mm da lombada;
- 3.3. Para exemplares com mais de 160 e até 700 páginas de miolo:**
 - a) miolo costurado com linha, ou “falsa/termo costura”, ou costura de cola, ou colagem PUR;
- 3.4. Para exemplares com mais de 700 páginas de miolo:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

a) miolo costurado com linha.

3.5. Para os livros definidos nos subitens 3.2, 3.3, e 3.4:

- a) lombada quadrada
- b) a distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm;
- c) a distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.
- d) capa com vinco de manuseio a 7 mm da lombada com tolerância de mais ou de menos 1 mm;
- e) colagem lateral de capa até o vinco de manuseio, com tolerância de até menos 1,5 mm;
- f) o miolo deve ser colado à capa, em toda extensão da lombada

3.6. Para todos os livros definidos nos subitens 3.1, 3.2, e 3.3, poderá ser utilizado também os seguintes tipos de acabamento:

3.6.1. costura de linha

3.6.2. falsa/termo costura

3.6.3. costura de cola

3.6.4. colagem PUR

- a) Para os livros costurados com linha, a linha deve ser de algodão, sintética ou mista, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;
- b) para os livros com acabamento “falsa/termo costura”, a linha deve ser mista, a base de polipropileno, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;
- c) para os livros costurados com cola o processo deverá ser “Burst”, “notched” ou “slotted binding”, de forma a garantir a integridade física do miolo;
- d) para os livros com a lombada raspada e colada, ou raspada, frezada e colada, o processo de colagem deverá ser com a utilização de cola de poliuretano reativo (PUR);
- e) para os acabamentos previstos nos subitens 3.6.3, 3.6.4 e letra “g” abaixo, a eficiência da colagem do miolo deverá ser correspondente à exigência definida na Resolução CD/FNDE nº 3 de 23/03/2005.
- f) não será admitido miolo apenas colado, ou raspado e colado. A cola utilizada deverá ser flexível após secagem e, em nenhum caso, poderá conter breu ou amido;
- g) excepcionalmente poderá ser utilizado acabamento por processo de colagem utilizando *primer* catalisador combinado com o uso de cola especial e secagem com infravermelho (two shot), que garanta resultado de *page pull* (eficiência da colagem) definido na Resolução CD/FNDE nº 3 de 23/03/2005, desde que solicitado formalmente pela **CONTRATADA** e autorizado previamente à produção pelo **CONTRATANTE**.

4. AS COLEÇÕES DIDÁTICAS DESTINADAS AO SEGUNDO SEGMENTO DA EJA, QUE ENVOLVA O COMPONENTE CURRICULAR LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (Inglês ou Espanhol), deverão conter CD em áudio, sendo considerado parte integrante da obra, os quais serão disponibilizados conforme instruções abaixo:

- 4.1.** O CD de áudio deverá acompanhar, obrigatoriamente, tanto o livro do aluno como o manual do educador acondicionado na 3ª capa da obra.
- 4.2.** O CD deverá ser acondicionado em envelope com uma bolsa para CD, formato fechado 125 x 125 mm, em cartão triplex 250 g/m², assegurando sua integridade até o local de destino.
- 4.3.** O rótulo e a embalagem do CD deverão manter identidade visual com a capa da obra.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EDIÇÃO

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que os exemplares da obra/coleção _____, do(s) autor(es) _____, apresentados por esta editora no ato da inscrição no processo de seleção de obras/coleções, poderão ser incluídos no Guia de Livros Didáticos para Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA 2011 e correspondem à _____ edição. (preencher com ano ou número da última edição)

Brasília, de de 2009

Assinatura da editora, detentoras dos direitos autorais ou seu procurador
Nome legível da editora, seu representante e cargo
(Firma reconhecida em cartório)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a obra/coleção _____, do(s) autor(es) _____, apresentada em _____ edição, não é variante parcial ou total de outras obras/coleções inscrita(s) no PNLD EJA 2011 para ser(em) avaliada(s) e selecionada(s) para integrar(em) o Guia de Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA 2011.

Brasília, de de 2009

Assinatura da editora, detentoras dos direitos autorais ou seu procurador
Nome legível da editora, seu representante e cargo
(Firma reconhecida em cartório)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBRA DIDÁTICA AVALIADA E SELECIONADA NO PNLA 2010

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a obra intitulada _____, do(s) autor(es) _____, em sua integralidade, foi inscrita no processo de avaliação do PNLA 2010 tendo sido aprovada e permanece exatamente igual à obra aprovada pelo MEC.

Brasília, de de 2009

Assinatura da editora detentora dos direitos autorais ou seu procurador
Nome da editora, seu representante e cargo
(Firma reconhecida em cartório)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRIMEIRA AVALIAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a obra _____, do(s) autor(es) _____ foi integralmente produzida sem tomar por base obras já avaliadas em programas do Programa Nacional para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), mesmo sob outro título ou outra autoria ou publicada por outra editora.

Brasília, de de 2009.

Assinatura do Autor
Nome Legível

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador
Nome legível e cargo
(Firma reconhecida em cartório)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REINSCRIÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a obra intitulada _____, do(s) autor(es) _____ foi inscrita no processo de avaliação do PNLA/2008 () PNLA/2009 () PNLA/2010 () tendo sido () aprovada () reprovada.

Brasília, de de 2009 .

Assinatura do Autor
Nome Legível

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador
Nome legível e cargo
(Firma reconhecida em cartório)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que _____ (Nome do Titular de Direito Autoral) procedeu à revisão e atualização da totalidade da obra _____, do(s) autor(es) _____, excluída em avaliação anterior, realizada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC, no âmbito do Programa Nacional do Livro de Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA.

Brasília, de de 2009.

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador
Nome legível e cargo
(Firma reconhecida em cartório)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO IX

MODELO DE FICHA DE CORREÇÃO DE OBRA

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Esta ficha deverá expressar de forma clara e precisa as correções feitas na obra, pelo autor/editor, descrevendo os problemas e suas respectivas correções.

VERSÃO ANTERIOR – INSCRITA NO PNLA 2008 e/ou PNLA 2009 e/ou PNLD 2010	VERSÃO ATUALIZADA – INSCRITA NO PNLD EJA 2011

Brasília, de de 2009.

Assinatura do Titular de Direito Autoral ou seu procurador
Nome legível e cargo
(Firma reconhecida em cartório)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO X

PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DAS OBRAS INSCRITAS PARA PROCESSO DE AVALIAÇÃO – PNLD EJA 2011

1. Justificativa

A edição do Programa Nacional do Livro de Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) de 2009 e 2010 ampliou o universo de alunos atendidos pelo programa, passando a incorporar, além dos alfabetizandos inscritos no Programa Brasil Alfabetizado – PBA, os alunos de turmas regulares de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino.

A ampliação do universo de alunos atendidos é parte do movimento que visa assegurar a jovens, adultos e idosos o pleno direito à educação. Assim, visando possibilitar a continuidade de estudos para os alunos egressos dos programas de alfabetização, ou alunos que buscam retornar à escola para concluir seus estudos, e, sobretudo, numa perspectiva de que a EJA seja entendida como educação ao longo da vida, o Ministério da Educação promove a avaliação e seleção de obras e coleções didáticas destinadas aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental na Modalidade EJA através do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA.

Esta iniciativa reveste-se de importância especial, pois representa a primeira ocasião em que Coleções Didáticas destinadas a EJA serão objeto de uma chamada pública para participarem de um processo de avaliação sistemática. Esta, por sua vez, se constituirá em uma etapa fundamental do processo de consolidação da política de material didático para a EJA, através de um programa para a aquisição e distribuição de obras didáticas de qualidade para o público jovem, adulto e idoso que busca os anos iniciais e finais da EJA, que incorpora e preserva o PNLA e amplia o acesso a livros didáticos a todos os segmentos da EJA.

Com esta iniciativa o Ministério da Educação busca fomentar a produção de obras didáticas que superem o quadro atual das produções existentes caracterizadas, por vezes, por mera redução de conteúdos da educação básica regular, baixa qualidade do projeto gráfico-editorial, e, de modo geral, por propostas inadequadas sob a perspectiva didático-pedagógica, pois alheias às diretrizes educacionais formuladas para a EJA.

Na EJA, no entanto, essa escassez de materiais didáticos, em particular de livros didáticos de qualidade, tem impulsionado os docentes a buscar alternativas para organizar o ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares, lançando mão de uma diversidade de outros materiais e recursos de ensino-aprendizagem, tais como: livros didáticos destinados ao ensino regular, obras literárias, revistas, jornais, bulas de remédio, recibos, cupons, contas, filmes, sítios eletrônicos, músicas, desenhos, ilustrações, dentre outros. Todavia, nesta ampla diversidade de recursos, poucos foram concebidos e construídos pedagogicamente levando em consideração as particularidades do público jovem, adulto e idoso da EJA, o que exige do educador um forte esforço para a transposição didática destes recursos para sua contextualização em sala de aula.

Assim o educador que atua na EJA enfrenta vários desafios, desde o diagnóstico dos saberes que os alunos já trazem consigo, o estabelecimento dos objetivos, a realização de opções metodológicas de ensino, a escolha de atividades e seleção do material didático apropriado para cada situação, o planejamento de intervenções adequadas até a avaliação contínua das conquistas de aprendizagem dos alunos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Há, por exemplo, propostas de EJA voltadas para a prática e transformação social, que buscam se apropriar da realidade como instrumento pedagógico, e preconiza a produção de materiais didáticos como parte do processo pedagógico-formativo, colocando educadores e alunos como protagonistas das produções didáticas. Pensamos, contudo, que essas propostas não são incompatíveis com a necessidade de disponibilizar aos educadores produções didáticas de qualidade, em diversidade e quantidade relevante para a EJA, e que em seu processo de elaboração e avaliação tenham sido considerados aspectos relativos às diretrizes de aprendizagem de pessoas jovens, adultas e idosas.

Neste sentido, partimos do pressuposto de que os materiais e os métodos didáticos utilizados na EJA podem e devem ser múltiplos e diversificados. Considera-se que boas obras didáticas podem contribuir para uma prática pedagógica autônoma dos educadores e promover a busca, entre eles, por metodologias e concepções pedagógicas adequadas ao projeto político-pedagógico da escola. Por isso, espera-se, também, que o fomento a essa produção e a disponibilização de obras voltadas para a EJA suscite, posteriormente, o debate entre educadores sobre como incorporar o livro didático às práticas educativas, no sentido de que eles busquem caminhos para que os materiais didáticos produzidos pela indústria cultural sejam, de fato, incorporados como uma complementação e apoio ao trabalho do educador.

O fundamental é que o livro didático não seja considerado a única referência para organizar as situações de ensino e aprendizagem, mas, sim, um recurso a mais que poder ser utilizado em momentos específicos e para fins determinados. Preconiza-se, assim, que o livro atue como uma das referências possíveis, estimulando o educador para a busca de outras fontes e experiências, coerentes com as concepções pedagógicas que postula, contribuindo na organização das práticas educativas. A avaliação pedagógica aqui proposta, baseia-se, portanto, na premissa de que as obras didáticas devem auxiliar o educador da EJA na busca por caminhos para sua prática pedagógica. Esses caminhos são bastante plurais, posto que o universo de referências dos saberes desse profissional não se esgota no restrito espaço da sala de aula ou nas orientações transmitidas pela obra didática. O educador, dada a natureza do seu ofício, vive em permanente processo de formação.

Neste sentido, os livros constantes de Guias devem desempenhar um duplo papel: a) um papel pedagógico, assegurando uma concepção e proposta pedagógica adequada às características dos sujeitos da EJA, e também garantindo a veiculação de conceitos e informações corretos, mantendo coerência da sua opção metodológica e fornecendo ao educador subsídios para o aprimoramento de sua prática docente, b) Um papel social, contribuindo para a formação da cidadania ao garantir o direito universal à alfabetização, à educação básica e à aprendizagem ao longo da vida, incentivando a autonomia do educador e do aluno, valorizando a liberdade de expressão e pensamento e promovendo o respeito mútuo entre os sujeitos.

2. Caracterização das Obras

São consideradas, para o processo de avaliação aqui definido, as obras e coleções didáticas elaboradas para serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem escolar tanto na alfabetização quanto nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, conforme definido neste edital.

Entende-se por obra didática de alfabetização aquela especificamente destinada a apoiar o processo de ensino-aprendizagem que envolve a aquisição do domínio da língua escrita, numa perspectiva de letramento. Por sua vez, compreende-se como coleção o conjunto de volumes ordenados em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada que envolva o conjunto dos conteúdos de aprendizagem dos componentes curriculares correspondentes ao processo de alfabetização e anos iniciais e/ou finais do ensino fundamental na modalidade EJA. Esses materiais devem constituir-se como uma proposta didático-pedagógica para pessoas jovens, adultas e idosas que buscam retomar seus estudos na modalidade EJA, organizando-se em relação a um programa curricular e observando critérios claros de progressão de estudos, nas diferentes formas de organização do ensino, seja em termos de ano, etapas, termos ou ciclos.

A coleção deverá ser composta, obrigatoriamente, por livro(s) do aluno e o(s) correspondente(s) manual(is) do educador. Considera-se que o manual do educador não pode ser uma cópia do livro do aluno com os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

exercícios resolvidos. É necessário que ofereça orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento; ofereça também, discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografia, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do educador.

Este guia de avaliação pedagógica preconiza que as coleções didáticas, destinadas aos anos iniciais e finais do ensino fundamental na modalidade EJA, inscritas no Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA envolvam o conjunto de conteúdos correspondentes aos anos iniciais do ensino Fundamental para a modalidade EJA. Os conteúdos considerados devem ser aqueles determinados na Base Comum Nacional, estabelecida pela LDBEN, Lei 9394/96, e suas alterações posteriores. De acordo com a legislação federal em vigor fazem parte da base nacional comum, para o ensino fundamental, os seguintes componentes curriculares sem prejuízo de outros:

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- Conhecimento do mundo físico e natural;
- Conhecimento da realidade social, especialmente do Brasil;
- Artes;
- História da África e dos africanos;
- História da cultura e etnias, principalmente das matrizes indígena, africana e européia;
- Educação ambiental;
- Direitos da criança e do adolescente;
- Conhecimentos sobre o processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso;
- Língua Estrangeira Moderna.

Entende-se que a concepção sobre o que são componentes curriculares é diversa. Pode-se entender que eles formam um conjunto de aprendizagens, constituídas por disciplinas, conteúdos ou conteúdos programáticos, práticas educativas, ou áreas de conhecimento, que integram o currículo do ensino fundamental. Na Educação de Jovens e Adultos não há um currículo único, ou proposta modelo de organização das aprendizagens básicas e obrigatórias, que podem ser apresentadas em diferentes desenhos curriculares, organizadas de forma diversa, sejam em disciplinas, áreas de conhecimento, conteúdos programáticos, temas transversais, dentre outras. Por isso, ainda que a forma de organização das coleções didáticas não necessite seguir um único modelo padrão, dada a diversidade de propostas de organização da EJA, em respeito à legislação adotamos um conjunto mínimo de componentes curriculares.

Assim um conjunto de componentes curriculares mínimos é definido para cada uma das etapas da EJA, alfabetização, primeiro segmento (correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental) e segundo segmento (correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental). Entende-se que a alfabetização deve estar integrada a EJA e deve estar articulada na perspectiva de assegurar condições de continuidade de estudos a pessoas recém-alfabetizadas.

Este corpo mínimo dos componentes curriculares elencados para cada etapa da EJA também não se traduz em restrições contra a possibilidade de apresentação de outros conteúdos, tais como cidadania, saúde, economia solidária, dentre outros, que enriquecem as experiências de ensino e tem se tornado objeto de aprendizagens na EJA. Ao contrário, o que se pretende é que os conteúdos de aprendizagem estabelecidos na legislação sejam contemplados, sem detrimento de outras aprendizagens.

Do ponto de vista da abordagem dada aos conteúdos disciplinares o atual quadro da produção didática para a EJA apresenta basicamente dois tipos de coleções: as que organizam os componentes curriculares por disciplinas, e as que os organizam por temas ou temáticas, numa abordagem interdisciplinar. Uma das características das coleções didáticas organizadas por disciplinas é a presença de volumes unificados ou integrados. Chamamos aqui de volume único os livros que agrupam diferentes disciplinas de uma etapa num mesmo volume ou que apresentam os conteúdos de uma mesma disciplina para várias etapas de um segmento num único volume.

A forma como os livros são organizados numa coleção não asseguram se eles possuem uma abordagem interdisciplinar dos conteúdos. Há coleções que anunciam uma proposta de abordagem interdisciplinar nas capas dos livros, ou nos manuais do educador, que não são cumpridas efetivamente na forma de articulação interna dos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento. Algumas se caracterizam pela



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

mera justaposição de disciplinas, ou temas, sem apresentar uma proposta metodológica de trabalho e, até mesmo, um projeto gráfico-editorial que integre os componentes curriculares.

Dessa forma, a coleção que apresentar proposta diferenciada de organização dos conteúdos curriculares e de aprendizagem seja por eixo temático ou na perspectiva interdisciplinar, terá cuidadoso exame de sua proposta considerando especialmente aspectos pedagógicos e metodológicos e suas relações com os aspectos gráfico-editoriais. Do mesmo modo, haverá atenção especial às coleções que apresentem livros integrados ou unificados, ou seja, livros que combinem, em um mesmo volume, conteúdos de mais de um termo ou período na mesma etapa de escolaridade, organizados ou não pelos componentes curriculares. Neste caso, pensa-se que apresentar propostas de articulação entre as áreas de conhecimento, e não apenas uma mera justaposição dos componentes curriculares, qualifica positivamente essas obras.

Os critérios aqui apresentados são a referência para a avaliação de obras didáticas destinadas aos públicos específicos da EJA, tais como: a) populações indígenas, bilíngües, fronteiriças ou não; b) populações do campo – agricultores familiares, agricultores assalariados, trabalhadores rurais temporários, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas; c) populações remanescentes de quilombos; d) população carcerária e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Todavia, o tratamento a ser dado a estas obras exigirá a consideração de critérios já elaborados com a participação ativa de conselhos com representantes dos segmentos, abordando as particularidades que envolvem as situações e ambientes de aprendizagem para estes públicos. Por outro lado, a forma como estes segmentos sociais devem ser abordados nas obras destinadas a um público mais amplo da EJA, devem respeitar os critérios relativos aos aspectos legais e éticos, tais como o respeito às diferenças e necessidade de evitar representações que estigmatizam ou propagam estereótipos.

Os critérios que se anunciam nas próximas páginas têm por objetivo zelar por livros que possam oferecer aos alunos e aos educadores da EJA conteúdos significativos para uma aprendizagem efetiva, e independente, que teça laços com os saberes e as culturas tradicionais e minoritárias melhorando o processo de aprendizagem por meio de estratégias centradas no educando.

Os critérios foram organizados em dois grupos: 1) critérios eliminatórios comuns a todas as coleções; 2) critérios eliminatórios específicos às áreas de conhecimento. Os critérios comuns levam em consideração elementos relativos à legislação, às diretrizes educacionais, aos princípios éticos, à concepção pedagógica e à estrutura editorial. Os critérios específicos abrangem as diferentes áreas de conhecimento relacionadas aos componentes curriculares da EJA definidos neste edital, e abordam, principalmente, aspectos relativos aos conteúdos de aprendizagem.

3. Critérios Eliminatórios Comuns a todas as Coleções e Obras Didáticas destinadas a EJA

Os **critérios eliminatórios comuns** para todas as coleções e obras didáticas destinadas a EJA são definidos por *seis elementos*:

- Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação Básica, e particularmente da EJA;
- Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pelo material didático, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- Existência de Guia ou Manual de Orientações Didáticas que explicita e seja coerente com a proposta didático-pedagógica do material didático;
- Estrutura editorial e aspectos gráfico-editoriais adequados aos fins a que se propõem as obras.

Primeiro elemento do critério de avaliação a considerar:

Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação Básica, e particularmente à EJA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Entende-se que os materiais didáticos devem respeito à legislação vigente, e se orientem pelas diretrizes e normas oficiais que organizam e estabelecem os princípios a serem observados na EJA:

- Constituição da República Federativa do Brasil;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.274/2006, nº 11.525/2007 e nº 11.645/2008;
- Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Estatuto do idoso;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial, o Parecer CEB nº 11/2000, de 10/05/2000, a Resolução CNE/CEB Nº 1 de 05/07/2000;
- Lei 10.639/08 e a Lei 11.645/08 visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária;
- Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048 e 10.098, que estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Segundo elemento do critério de avaliação a considerar:

Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.

Em respeito à Constituição do Brasil e para contribuir efetivamente para a construção da ética necessária ao convívio social e à cidadania, os materiais didáticos devem:

- Reconhecer e tratar adequadamente a diversidade de gênero, considerando a participação de mulheres e homens em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, discutindo diferentes possibilidades de expressão de feminilidades e masculinidades, desmistificando preconceitos e estereótipos sexuais e de gênero, considerando o gozo dos direitos civis e políticos, visando à construção de uma sociedade não-sexista, não-homofóbica;
- Reconhecer a importância e tratar adequadamente a história, a cultura e a imagem dos povos indígenas no Brasil, considerando a garantia de seus direitos à terra, à qualidade de vida nas terras indígenas, educação diferenciada em suas aldeias e à sua participação em diferentes espaços de poder;
- Reconhecer o modo próprio de vida das populações do campo e a utilização social desse espaço como fundamental, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira; livre de referências estigmatizantes que associem o campo ao passado rural brasileiro em contraposição ao meio urbano industrial e desenvolvido;
- Reconhecer a importância e tratar adequadamente a história, a cultura e a imagem de afro-brasileiros e afro-brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e conhecimentos, promovendo o respeito à diversidade étnico-racial e fomentando o combate ao racismo e à discriminação racial;
- Reconhecer a diversidade de aspectos que permeiam as questões socioambientais, possibilitando refletir sobre os efeitos ao ambiente do modo de produção capitalista, dialogando quanto à responsabilidade de homens e mulheres na construção de sociedades sustentáveis;
- Promover a discussão das relações de gênero, das minorias sexuais, étnico-raciais, geracionais, entre localidades urbanas e rurais, das relações socioambientais, de preconceito, de discriminação e das violências correlatas, visando a superar preconceitos e discriminações;
- Não promover doutrinação de qualquer tipo, que desrespeitem o caráter laico e democrático do ensino público;
- Não promover a veiculação de publicidade e difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais.

Terceiro elemento do critério de avaliação a considerar:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pelo material didático, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica adotada e aos objetivos visados.

Por princípio, assegura-se na avaliação das obras didáticas, o respeito à diversidade de abordagens teórico-metodológica que caracterizam o campo da EJA. Dessa forma, o que será objeto de avaliação no livro didático é, principalmente, a *coerência e adequação teórico-metodológicas entre as concepções e fundamentos teóricos que embasam a obra e sua concretização efetiva na seleção, organização e apresentação dos conteúdos e atividades de ensino-aprendizagem.*

Por mais diversificadas que sejam as concepções e práticas de ensino e aprendizagem na EJA, propiciar ao aluno jovem, adulto e idoso da EJA a apropriação significativa do conhecimento implica optar por uma abordagem e ser coerente em relação a ela e, ao mesmo tempo, contribuir satisfatoriamente para a consecução dos objetivos propostos.

O foco da análise, portanto, será a capacidade que a obra didática tem de propor trabalho adequado no plano metodológico, isto é, a forma como os conteúdos são desenvolvidos e como as estratégias pedagógicas são concebidas e aplicadas. É importante que o autor da obra explicita suas propostas metodológicas e, principalmente, que seja coerente com elas. Portanto, o enunciado de concepções de EJA, de conteúdos e conceitos das áreas de conhecimento, de objetivos e métodos de ensino e aprendizagem, devem ser coerentes com o que se efetiva na proposta didática da obra.

Os aspectos metodológicos considerados na avaliação são os seguintes:

- *Coerência e adequação teórico-metodológicas.* É imprescindível que, além de explicitados, os objetivos da obra sejam compatíveis e coerentes com os objetivos gerais do ensino fundamental e do ensino de cada área do currículo. É, igualmente, fundamental coerência entre os objetivos gerais de ensino propostos pelo autor, e os conteúdos e metodologias desenvolvidos no livro didático do aluno;
- *A articulação pedagógica* entre os conteúdos e estratégias pedagógicas de cada volume, assim como a articulação dos diferentes volumes que integram a coleção didática e desta com as orientações contidas no manual do educador é essencial para o cumprimento dos objetivos propostos para o ensino de cada área de conhecimento;
- *As estratégias teórico-metodológicas*, seja em relação às práticas do conhecimento da área, seja, em relação ao ensino e a aprendizagem, que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades do pensamento autônomo e crítico (como a compreensão, a memorização, a análise, a síntese, a formulação de hipóteses adequadas ao aprendizado de diferentes objetos de conhecimento) devem estar explícitas.

As principais *estratégias metodológicas* são as seguintes:

- Mecanismos metodológicos apropriados para que se atinja o conhecimento em *níveis cada vez mais amplos de abstração e generalização*, e se estabeleça a percepção das relações entre esse conhecimento e as funções que ele desempenha na sociedade, sejam elas relativas ao campo científico e ao aprendizado, sejam elas relativas à vida prática. Além disso, é fundamental que a progressão e a complexização desses conteúdos e atividades sejam visíveis;
- *A linguagem* do livro deve ser flexibilizada e adequada à faixa etária correspondente aos sujeitos que buscam a EJA. O aprendizado de cada disciplina escolar está associado ao desenvolvimento da linguagem em geral e, em particular, de um vocabulário específico, relacionado ao domínio das noções e conceitos, evitando infantilização dos leitores, reducionismos e simplificações;
- As atividades devem não apenas auxiliar na realização dos objetivos, mas também estar plenamente integradas aos conteúdos, possibilitando o desenvolvimento de diferentes capacidades, estimulando a investigação científica em cada campo de conhecimento, por meio da observação, experimentação, análise, a comparação, interpretação, discussão de resultados, a síntese, registros, comunicação, a criatividade, e a avaliação. Podem conter orientação para o desenvolvimento de atividades experimentais ativas, com resultados confiáveis e interpretação teórica correta. Podem apresentar propostas de atividades que estimulem a interação e participação da comunidade escolar, das famílias e da população em geral e, propostas de visitas a espaços que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (museus, centros de ciências, universidades, centros de pesquisa e outros) e, ainda, propostas de uso de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

tecnologias da informação e comunicação. As do livro didático do aluno deve ser o menor número possível, restritas apenas as que o autor considere fundamentais e que estimulem o estudo pelo educando de forma autônoma e deixando para o manual do educador todas as que – com caráter de sugestões – valorizem o papel do educador como elaborador do programa a ser desenvolvido em sala e como mediador entre o aluno.

Quarto elemento do critério de avaliação a considerar

Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos.

Correção de conceitos e informações básicas

Trata-se de um direito de todos o acesso ao conjunto de dados, informações, conceitos e conhecimentos que foram socialmente elaborados nos diferentes domínios da ciência, que não podem ser apresentados de maneira errônea ou distorcida na obra didática. O cuidado com a seleção das fontes de dados e informações, o zelo na sua apresentação, e o uso adequado dos conceitos específicos às áreas de conhecimento é indispensável na produção de uma obra didática. Principalmente, quando consideramos que os sujeitos da EJA enfrentam dificuldades no acesso a materiais escritos e, muitas vezes, o livro didático é o principal recurso disponível no espaço escolar.

Atualização em relação às ciências de referência e da pedagogia.

Os diferentes campos de conhecimento estão em processo contínuo de atualizações seja em aspectos teórico-metodológicos, na descoberta de novos objetos de investigação, ou na proposta de novas interpretações sobre os fenômenos. Estar atento às diretrizes contemporâneas para a EJA e manter-se atualizado em relação à produção da área específica de conhecimento com a qual trabalha e as suas interrelações com os demais campos científicos são exigências prementes aos autores de obras didáticas para a EJA. Assim, apesar do reconhecimento da diversidade das opções teórico-metodológicas, e do respeito à opção adotada pelos autores, é importante que a intensa produção de conhecimento nos diferentes campos de saber e das contribuições da pesquisa em Educação de Jovens e Adultos e as diretrizes educativas para a EJA presentes em documentos e na legislação, sejam conhecidas e consideradas como ponto de reflexão e discussão no processo de elaboração das obras didáticas para a EJA.

Quinto elemento do critério de avaliação a considerar

Existência de Guia ou Manual de Orientações Didáticas que explicita e seja coerente com a proposta didático-pedagógica do material didático.

Considera-se que um dos elementos que caracteriza um material como didático é a presença de um manual, ou guia contendo orientações didáticas para o educador. Este guia ou manual de orientações didáticas deve ter como objetivo orientar os docentes para um uso adequado do material, constituindo-se, ainda, num instrumento de complementação didático-pedagógica e atualização para o docente. Neste sentido, o manual, ou guia de orientações didáticas deve organizar-se de modo a propiciar ao docente uma efetiva reflexão sobre sua prática e aos alunos uma aprendizagem significativa. Deve, ainda, colaborar para que o processo de ensino e aprendizagem acompanhe avanços recentes, tanto do campo de conhecimento abordado, da tecnologia educacional adotada, quanto da Educação de Jovens e Adultos, da pedagogia e da didática em geral. Entende-se que o educador é o mediador entre o educando e os conteúdos de aprendizagem, portanto, o manual ou guia a ele destinado deve ser um instrumento que propicie ao educador uma reflexão aprofundada sobre a opção teórico-metodológica ali presente, bem como sugira, oriente, proponha atividades a serem escolhidas e informe sobre metodologias; seja substancialmente constituído e acrescido por textos, atividades, propostas, em relação ao material, configurando-se, de fato, como um repositório importante de idéias a serem apropriadas pelos alfabetizadores de acordo com a realidade da escola e outros referenciais que o norteiam. Os guias ou manuais devem:

- explicitar os objetivos da proposta didático-pedagógica assumida pelo material e os pressupostos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

teórico-metodológicos assumidos;

- descrever a organização geral do material, tanto no conjunto, quanto na estruturação interna de cada um deles quando for o caso;
- relacionar a proposta didático-pedagógica ou concepção teórica do material didático aos principais documentos públicos nacionais que orientam a Educação de Jovens e Adultos e estabelecem parâmetros para o ensino dos diferentes componentes curriculares;
- discutir o uso adequado do material didático, inclusive no que se refere às estratégias e recursos de ensino a serem empregados;
- indicar as possibilidades de trabalho interdisciplinar na escola, a partir do(s) conteúdo(s) curricular(es) abordados no material didático;
- discutir diferentes formas, possibilidades, recursos e instrumentos de avaliação que o educador poderá utilizar ao longo do processo de ensino-aprendizagem;
- propiciar a reflexão sobre a prática docente, favorecendo sua análise por parte do educador e sua interação com os demais profissionais da escola;
- apresentar textos de aprofundamento e propostas de atividades complementares às do livro do aluno;
- propor formas de articulação entre as propostas e atividades do livro didático e os demais materiais didáticos distribuídos por programas oficiais, como o PNLD Dicionários, o PNLD dos Materiais Complementares e o PNBE.

Sexto elemento do critério de avaliação a considerar:

Estrutura editorial e aspectos gráfico-editoriais adequados aos fins a que se propõem as obras.

A proposta didático-pedagógica de uma coleção deve traduzir-se em um projeto gráfico-editorial compatível com suas opções teórico-metodológicas, considerando-se, dentre outros aspectos, a faixa etária e o nível de escolaridade a que se destina. Particularmente, na EJA os materiais elaborados podem apresentar projetos inovadores que promovam salto qualitativo tendo em consideração os nexos entre os aspectos gráfico-editoriais e os conteúdos de aprendizagem, de modo a potencializar a aprendizagem de jovens e adultos. Desse modo, no que se refere aos requisitos técnicos relativos ao projeto gráfico-editorial, serão considerados cinco aspectos:

- Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção;
- Respeito às convenções e normas da língua portuguesa;
- Observância de características de ergonomia visual no projeto gráfico em seus elementos tipográficos e de layout;
- Presença de elementos pós-textuais;
- Observância de critérios no uso das ilustrações.

Primeiro aspecto do critério de avaliação a considerar:

Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.

Considerando-se a estrutura editorial serão observados:

- Critérios de organização claros, coerentes e funcionais que explicitem e traduzam elementos enunciados na proposta didático-pedagógica da coleção;
- Sumário que reflita claramente a organização dos conteúdos e atividades propostos, além de permitir a rápida localização das informações;

Segundo aspecto do critério de avaliação a considerar:

Respeito às convenções e normas da língua portuguesa.

Considerando-se a necessidade de rigoroso cumprimento das convenções e normas que disciplinam o uso da língua escrita as coleções deverão ter:

- isenção de erros de revisão;
- isenção de erros de impressão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Terceiro aspecto do critério de avaliação a considerar:

Observância de características de ergonomia visual no projeto gráfico em seus elementos tipográficos e de layout.

- Legibilidade do ponto de vista tipográfico quanto ao formato e tamanho da fonte; do espaçamento entre letras, palavras e linhas; do alinhamento do texto;
- Legibilidade do ponto de vista do layout envolvendo os elementos texto, ilustrações e espaços em branco de modo a integrar harmonicamente, texto principal, ilustrações, textos complementares e as várias intervenções gráficas que conduzem o leitor para dentro e para fora do texto principal. O projeto visual deve apresentar cuidados quanto ao formato, dimensões e disposição dos textos na página; uso e largura das margens e colunas; apresentação de títulos e subtítulos claramente hierarquizados por meio de recursos gráficos compatíveis; uso de contraste de cor do texto e cor de fundo; luminosidade e cor. Os textos complementares não devem prejudicar a identificação, o fluxo da leitura e o entendimento do texto principal. Também é desejável que textos mais longos sejam apresentados de forma a não desencorajar a leitura, lançando-se mão de recursos de descanso visual;
- Leiturabilidade: uso adequado dos recursos de linguagem que revelem preocupação com pontuação, tamanho das frases, tamanho dos parágrafos, uso de recursos na apresentação de informações complexas como a distribuição em tópicos, hierarquização da informação;
- Impressão que não prejudique a legibilidade no verso da página.

Quarto aspecto do critério de avaliação a considerar:

Presença de elementos pós-textuais.

- Referências bibliográficas segundo as normas da ABNT;
- Indicação de leituras complementares;
- Glossário.

Quinto aspecto do critério de avaliação a considerar:

Observância de critérios no uso das ilustrações.

- As ilustrações devem explorar ao máximo as várias funções que as imagens podem exercer no processo educativo, e não somente o papel estético ou reforçador do texto principal;
- as ilustrações devem reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos;
- as ilustrações devem ser adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e, dependendo do objetivo, sejam claras, precisas, de fácil compreensão, podendo, no entanto, também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade, motivar, facilitar e até substituir a verbalização, comprovar, explicar, informar, e contribuir para o equilíbrio estético da página;
- as ilustrações de caráter científico devem indicar a escala adequada dos fenômenos representados;
- os mapas devem ter legenda dentro das convenções cartográficas, que indiquem orientação e escala e apresentem limites definidos, e orientação para o uso adequado dos pontos cardeais e colaterais, a partir da Rosa dos Ventos colocada ao lado dos mapas e figuras;
- todas as ilustrações devem estar acompanhadas dos respectivos créditos, locais de custódia e de informações a respeito das técnicas utilizadas para sua elaboração, assim como os gráficos e tabelas contenham os títulos, fonte e datas;
- legendas sintéticas, com cores definidas, evitando o excesso da informação a ser identificada e localizada na ilustração, imagem ou mapa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

4. Critérios Eliminatórios Específicos às Áreas de Conhecimento e Componentes Curriculares das Coleções e Obras Didáticas destinadas à EJA.

4.1 Alfabetização de Jovens e Adultos

Volume(s) destinado(s) à etapa de alfabetização de EJA, correspondente ao(s) 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

4.1.1. Alfabetização Linguística

Critérios eliminatórios da área de alfabetização linguística

As obras didáticas devem favorecer o processo de alfabetização e a promoção do letramento na perspectiva da formação de sujeitos autônomos e críticos, ou seja, de leitores e escritores capazes de participar dos diferentes eventos e práticas de letramento na sociedade. Dessa forma, entende-se que as obras didáticas destinadas a apoiar o processo de alfabetização do aluno jovem e adulto precisam assegurar, simultaneamente, o domínio da escrita alfabética e a ampliação das capacidades que permitem ao alfabetizando participar de práticas letradas. Considera-se que os livros de alfabetização devem promover tratamento adequado à apropriação do sistema alfabético, zelar pela qualidade do repertório de textos oferecidos para a leitura, e pelas situações voltadas ao desenvolvimento da proficiência leitura e na produção de textos orais e escritos.

Serão considerados na avaliação das obras didáticas aspectos relativos à:

- Aprendizagem do sistema da escrita alfabética;
- Natureza do material textual;
- Práticas de leitura;
- Produção de textos escritos;
- Práticas orais.

Aspectos relativos ao aprendizado do sistema alfabético da escrita

Embora a notação alfabética constitua em si um objeto de conhecimento, para que sua aprendizagem seja significativa para o alfabetizando, é desejável que as atividades de apropriação do sistema de escrita sejam apresentadas de forma articuladas às atividades de leitura e produção de textos. Assim, a concepção de alfabetização da obra didática não deve ser pautada basicamente na codificação e decodificação de palavras e de frases descontextualizadas. Dessa forma considera-se importante que a obra apresente:

- articulação entre as atividades de apropriação do sistema alfabético de escrita e as de leitura e produção de textos de modo a favorecer a formação de sujeitos autônomos e críticos, e que contemplem temáticas que estão na ordem do dia, tais como a imagem de afrodescendentes e a situação de sociedades indígenas; a imagem da mulher na sociedade; o cuidado com o meio ambiente; a articulação dos conhecimentos de Língua Portuguesa e de Matemática, dentre outras;
- atividades para a apropriação do sistema alfabético devem motivadoras e que estimulam a construção de hipóteses sobre a escrita. Também devem promover a familiarização com as letras do alfabeto, a leitura e a produção de palavras estáveis e a contagem e a comparação das palavras quanto às unidades menores, sem/com o estabelecimento das correspondências gráficas. As atividades oferecidas também devem promover a comparação de palavras quanto às semelhanças e às diferenças sonoras, sem/com correspondência gráfica, além de promover a apropriação das correspondências entre as letras e os fonemas. Valoriza-se a presença de atividades que promovem a reflexão sobre a dimensão ortográfica de nossa escrita.

Aspectos relativos à natureza do material textual

O conjunto de textos de um livro didático é um instrumento privilegiado de que os alfabetizando dispõem para ter acesso aos materiais usados em práticas letradas. Ante essa importância – que ganha significado especial nas comunidades mais carentes e afastadas – é desejável que o livro de alfabetização ofereça ao aprendiz uma amostra representativa dos diversos gêneros e tipos de textos, que circulem em diferentes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

esferas ou contextos de nossa sociedade. Mesmo reconhecendo que se trata de um livro de alfabetização, é necessário garantir a qualidade dos textos apresentados e a presença de textos literários, que assegurem também uma dimensão estética às práticas de leitura vivenciadas pelos alfabetizandos. Sempre que possível, é desejável que os textos inseridos no livro sejam autênticos e integrais e que, quando usados textos adaptados ou com recortes, seja mantida a unidade de sentido do que o alfabetizando irá ler. Obviamente, os textos oferecidos devem ser adequados à faixa etária e ao universo de interesses dos alfabetizandos que freqüentam o Programa Brasil Alfabetizado. Assim, considera-se importante que a obra apresente:

- Diversidade de gêneros e tipos textuais, provenientes de diferentes contextos sociais;
- Textos de natureza literária que assegurem uma dimensão estética às práticas de leitura;
- Textos preferencialmente autênticos e integrais, e quando adaptados ou com recortes, mantenham características que assegurem sua unidade de sentido;
- Indicações completas das fontes de onde foram extraídos os textos, e preferencialmente, informações acerca do autor e do contexto em foram produzidos;
- Gêneros e tipos textuais adequados à faixa etária dos sujeitos da EJA, que estimulem o interesse e instiguem à leitura.

Aspectos relativos à leitura

Numa perspectiva sociointeracionista, ler consiste em construir significados, interagindo com as intenções e recursos linguísticos adotados pelos autores dos textos que queremos ou somos chamados a conhecer. A compreensão de leitura adquire, então, um sentido complexo e seu ensino implica uma série de cuidados, que visam a auxiliar o aprendiz a acionar seus conhecimentos prévios e desenvolver estratégias para estabelecer uma interlocução com os significados permitidos pelo texto.

Para tanto, é desejável que, antes das atividades de leitura, sejam apresentadas ao alfabetizando informações sobre o contexto de produção (época, lugar, autor, finalidades) do texto em foco, bem como se explicitem as finalidades da leitura que está sendo praticada. Além de indicar qual gênero textual estará sendo lido, é importante que o livro promova a reflexão sobre as características do gênero textual em pauta.

Assim consideramos que a obra didática, no que diz respeito às atividades de leitura, deve:

- oferecer informações sobre o contexto em que os textos são produzidos;
- explicitar os gêneros e tipos textuais a serem lidos;
- orientar as finalidades de leitura e propor reflexões sobre as características dos gêneros textuais apresentados.

No que concerne ao desenvolvimento da compreensão leitora, julgamos necessário que as atividades ou exercícios propostos ao alfabetizando promovam o desenvolvimento de estratégias diversificadas, que envolvam as capacidades de:

- antecipar sentidos e hipóteses a partir de alguns indicadores do texto e ativar conhecimentos prévios que auxiliem na compreensão;
- localizar informações apresentadas explicitamente no texto (em especial, por se tratar de uma etapa inicial de aprendizado da leitura e, conseqüentemente, de criação de automatismos no processamento de correspondências som-grafia);
- identificar o tema, a “mensagem”, o ponto de vista defendido ou as idéias centrais do texto, de modo a apreender os sentidos gerais do mesmo;
- elaborar inferências, valendo-se de seus conhecimentos de mundo e preenchendo lacunas entre partes do texto, com base na interpretação das pistas linguísticas oferecidas pelo autor;
- interpretar o significado de frases, expressões e palavras, considerando o contexto em que foram usadas;
- estabelecer relações entre textos diferentes, comparando-os quanto aos seus conteúdos e formas composicionais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Aspectos relativos à produção textual

No que se refere ao desenvolvimento e da proficiência para produzir textos escritos precisamos estar atentos para a quantidade e diversidade de gêneros textuais que os alfabetizados serão convidados a escrever. Evitando situações de produção descontextualizada, com a perspectiva restritiva de lição ou mera tarefa escolar é recomendável que a obra didática adote cuidados nos textos que formam os comandos para atividades de produção de textos.

Como os gêneros são instituições e suas formas composicionais tornam-se relativamente estáveis ao longo da história, é importante que o alfabetizando tenha contato com bons modelos de cada gênero que é convidado a produzir e que a reflexão sobre as propriedades dos mesmos precedam a escrita em si. O livro também precisa assegurar a vivência da escrita como um processo, o que implica planejar, revisar e reescrever o já escrito, atentando, inclusive, para convencionais da notação escrita e da norma de prestígio.

Assim consideramos que a obra didática, no que diz respeito às atividades de produção textual, deve:

- apresentar uma quantidade suficiente de atividades de produção de textos para o desenvolvimento das competências / habilidades de escrita;
- apresentar clareza na redação dos comandos para as atividades de produção de textos, indicando e assegurando diversidade de destinatários e finalidades para a escrita dos textos;
- indicar e proporcionar uma diversidade de gêneros textuais a serem produzidos pelos alunos;
- propor reflexão sobre os gêneros textuais indicados nas atividades de produção de textos em atividades anteriores à escrita;
- trazer orientações quanto ao planejamento, a revisão e reescrita dos textos;
- propor atividades de reflexão sobre pontuação, concordância e paragrafação.

Aspectos relativos à oralidade

Considera-se que o estímulo à conversa em sala de aula é fundamental para que os jovens e adultos e idosos da EJA possam, a cada dia, socializar suas experiências e resgatar/compartilhar os conhecimentos que acumularam em suas trajetórias individuais. Ao lado desse princípio geral, o livro didático deve ter o cuidado de garantir uma diversidade nos gêneros orais que os alfabetizados são convidados a praticar, contemplando, inclusive, atividades mais formais e públicas de uso da fala, que exigem o planejamento e a reelaboração do discurso.

O espaço de práticas orais também deve oportunizar a reflexão sobre a heterogeneidade das realizações da língua em função de fatores distintos (região, grupo sociocultural, geração, sexo, época etc.), o que contribui para o combate a preconceitos linguísticos. É importante, também, auxiliar o alfabetizando a refletir sobre as relações entre fala e escrita, observando semelhanças e diferenças entre gêneros orais e escritos, constatando, por exemplo, que, enquanto a fala revela variações na pronúncia, a escrita tem uma notação unificada.

Assim considera-se que a obra didática, no que diz respeito às práticas de oralidade, deve:

- estimular situações de diálogo em sala de aula articuladas à realização das atividades propostas;
- apresentar propostas de atividades diversificadas quanto aos gêneros orais;
- contemplar atividades de uso da linguagem oral em situações mais formais;
- promover a reflexão sobre as variações linguísticas;
- promover a reflexão sobre as relações entre fala e escrita (semelhanças e diferenças entre gêneros orais e escritos; variações de pronúncia X notação escrita unificada).

4.1.2. Alfabetização Matemática

Critérios eliminatórios da área de alfabetização matemática

O ensino de Matemática das séries iniciais está, atualmente, organizado em torno de quatro eixos: números e operações, geometria, grandezas e medidas e tratamento da informação. Em uma proposta de ensino de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Matemática, é importante que os quatro eixos sejam trabalhados e que as atividades propostas busquem articular os eixos entre si e com outras áreas do conhecimento.

Além da articulação entre conteúdos matemáticos e de outras naturezas, é preciso equilibrar discussões referentes à compreensão conceitual, aos procedimentos próprios e aos algoritmos formais. Esse equilíbrio, ou sua ausência denota o que se valoriza como conhecimento matemático, ou seja, se o mais importante é o aprendizado de regras e procedimentos convencionais, ou se são igualmente importantes procedimentos próprios, que são desenvolvidos dentro e fora da sala de aula.

Desafiar os alfabetizados a “matematizarem” situações diversas, como aquelas vivenciadas em seus cotidianos, é outro aspecto que deve ser priorizado na educação do jovem, adulto e idoso. A preocupação em envolver essas aprendizagens em atividades significativas e desafiadoras denota a perspectiva de ensino da Matemática, que reconhece a capacidade de aprendizado e desenvolvimento do estudante dessa modalidade de ensino.

Deve-se reconhecer que os alfabetizados possuem uma rica bagagem de conhecimentos, desenvolvida a partir de suas atividades profissionais e outras práticas sociais. No trabalho e outras esferas de convivência social do jovem e do adulto, fazem-se presentes: números naturais e racionais com diferentes usos e significados, operações com esses números, grandezas de naturezas diversas e medidas dessas grandezas, conhecimentos geométricos diversificados e formas de coleta, organização e registro de informações. É importante, portanto, que os alunos dessa modalidade de escolarização sejam capazes de reconhecer a potencialidade desses conhecimentos e a necessidade de inscrevê-los em um conjunto mais sistematizado e amplo de saberes.

É preciso considerar que, fora da escola, há um rico desenvolvimento de conhecimentos matemáticos e que as relações e propriedades de conceitos matemáticos são as mesmas, dentro e fora do ambiente de aprendizagem. O que varia são os contextos e situações e, por vezes, formas de representação simbólica. A matemática do dia-a-dia é de cunho predominantemente prático e, em alguns casos, utilizam-se mais representações orais que representações escritas. Cabe, então, ao alfabetizador a explicitação do que há em comum entre a matemática do dia-a-dia e a matemática de dentro do ambiente de aprendizagem. A discussão em sala de aula desses aspectos pode propiciar o reconhecimento, por parte do alfabetizado, de que ele já desenvolveu rico conhecimento matemático, mas que, na turma, pode aprender ainda mais sobre como lidar matematicamente com o mundo físico e social que o cerca.

Deve-se considerar, também, que a Matemática é desenvolvida fora do ambiente de aprendizagem com diferentes particularidades por distintos grupos sociais. É necessário reconhecer que, em atividades profissionais, sociais, e culturais diversas, desenvolvem-se formas de pensar e fazer Matemática diferenciadas, mas que possuem elementos comuns, tornando essa Matemática mais ampla e universalizada.

Aspectos relativos aos números e suas operações

Neste eixo, o livro didático precisa auxiliar o alfabetizado a reconhecer as diferentes funções e significados dos números naturais e racionais na quantificação, no rótulo ou identificação, na ordenação e na medição. Identificar situações é uma excelente forma de se iniciar a discussão em Matemática. Essa prática permitirá que os alfabetizados percebam, por exemplo, que a idade deles é um número com a função de quantificação, que o número da casa e do telefone são identificações, que os resultados dos campeonatos são expressos em números ordenados e que líquidos são acondicionados em recipientes em função de suas medidas.

É importante, no trabalho com jovens, adultos e idosos, reconhecer que eles utilizam os números de diversas ordens em seu cotidiano, evitando a idéia de que esse alfabetizado, só em ambientes de aprendizagem, está iniciando o seu contato com os números e limitando o trabalho a números menores. Cabe, então, ao alfabetizador e ao livro didático, explicitar os princípios do nosso sistema numérico, de modo a ampliar a compreensão dos alfabetizados a respeito dos números.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Os números racionais também devem estar presentes nos livros destinados à alfabetização, pois se fazem presentes, em suas diferentes formas (fração ordinária, decimais, porcentagem, razão, etc.) no dia-a-dia do jovem e adulto.

Os significados diversificados das operações aritméticas também devem propiciar a ampliação do conhecimento que os alfabetizados já possuem. A resolução de problemas deve ser o ponto de partida do aprendizado, por meio de situações significativas, que motivem os alfabetizados a buscarem soluções adequadas. A diversidade na forma de resolver problemas (por meio de heurísticas, algoritmos, cálculo mental, estimativas e arredondamentos) deve ser estimulada na turma de alfabetização, reconhecendo formas de cálculo anteriormente desenvolvidas e introduzindo outras possíveis. De modo particular, a calculadora deve ser considerada como um valioso instrumento, tanto com a função de auxiliar na realização de cálculos em problemas, quanto elemento facilitador da compreensão do nosso sistema de numeração. O livro didático não deve ignorar que a calculadora é um artefato utilizado cotidianamente por esses alfabetizados.

Assim, espera-se que a obra didática:

- Estimule a reflexão sobre os princípios do sistema numérico decimal;
- Proponha o uso de diferentes significados de números naturais;
- Possibilite o uso de diferentes significados e representações de números racionais;
- Apresente proposições diversificadas de problemas de estrutura aditiva;
- Apresente diversificados problemas de estrutura multiplicativa;
- Contemple o uso de diversificadas estratégias de cálculo (heurística, algoritmo, cálculo mental, estimativa, arredondamento, uso da calculadora, etc).

Aspectos relativos à Geometria

O trabalho com a geometria na alfabetização de jovens a adultos deve ir bem além do simples reconhecimento de figuras geométricas; faz-se necessário estimular o desenvolvimento de um pensar geométrico. Para tanto é importante que os livros didáticos invistam na manipulação das figuras geométricas, contemplando simetrias, ampliações e reduções, dentre outras. Em sua vida cidadã, o alfabetizado se vê confrontado com diversas formas espaciais, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, é chamado a representá-las no plano. É preciso, portanto, que um trabalho efetivo seja realizado no sentido de levá-lo a identificar idéias contidas nessa passagem e, conseqüentemente, a compreender as propriedades envolvidas na figura.

Um outro aspecto considerado na análise das propostas matemáticas contidas nos livros diz respeito à compreensão das representações de movimentações e localizações (como as expressas em mapas e plantas baixas). O estudo refletido desse aspecto permitirá ao alfabetizado o enriquecimento de sua leitura de mundo.

Desse modo, espera-se que a obra didática:

- Estimule a compreensão de transformações geométricas (translação, reflexão, rotação, ampliação, redução);
- Trabalhe representações geométricas bi e tridimensionais;
- Explore a interpretação e representação de localizações e movimentações;
- Favoreça a identificação de figuras planas e sólidos por meio de suas propriedades.

Aspectos relativos às grandezas e suas medidas

O estudo das grandezas e medidas deve levar em consideração que o jovem e adulto reconhece e trabalha com elas em seu dia-a-dia. Nesses momentos, ele é levado a comparar e medir áreas, comprimentos, volumes, etc., além de outras grandezas ainda pouco contempladas na escola, tais como velocidade, densidades e aquelas bastante presentes no mundo moderno, como, por exemplo, memória de computadores e velocidade de processadores. É desejável, portanto, que o livro didático leve esse alfabetizado a reconhecer aquilo que ele realiza em sua prática social, dentro do corpo sistematizado de conhecimentos matemáticos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Para tanto, um aspecto fundamental a ser considerado é reconhecer a diferenciação entre o elemento, a grandeza associada a ele e a medida dessa grandeza. Por exemplo, diferenciar o piso de um cômodo, da grandeza área associada a esse piso, do número positivo que expressa a medição dessa área. É preciso, ainda, promover, no alfabetizando, a compreensão de que esse número produzido pela medida é função da unidade de medida padronizada (como metro, litro e grama) ou não-padronizada (como palmo, copo e pitada), bem como o estabelecimento de relações entre as unidades mais usuais. A estimativa de medidas em que se antecipam valores antes da medição e o uso de instrumentos diversificados de medidas, também, devem ser estimulados nas turmas de alfabetização.

Espera-se que a obra didática em relação às grandezas (comprimento, área, volume, tempo, temperatura, massa, monetária etc) estimule:

- A diferenciação entre a grandeza e a sua medida;
- A comparação de grandezas de mesma natureza;
- O estabelecimento e adequação de diferentes unidades (convencionais e não-convencionais) de medida;
- O estabelecimento das relações entre unidades de medidas;
- O uso de instrumentos diversificados de medida;
- A estimativa de medidas.

Aspectos relativos ao tratamento da informação

No mundo atual, o tratamento da informação é imprescindível e não se podem excluir jovens, adultos e idosos, que retornam às atividades de ensino-aprendizagem que envolvem, coleta, classificação, organização e representação de dados. A interpretação e produção de dados em forma de listas, tabelas e gráficos são atividades nas quais os livros didáticos precisam engajar o alfabetizando, de modo a possibilitar a sua compreensão de informações veiculadas, principalmente, na mídia.

Enfatizamos por fim, que os componentes curriculares do ensino de Matemática devem ser abordados na alfabetização a partir da exploração de situações cotidianas do jovem e adulto, tais como: as informações contidas em documentos pessoais (como Certidão de Nascimento, RG, CPF, etc); cálculos envolvidos em situações de compra e venda; levantamento de itens e valores de cestas básicas; uso de moedas e cédulas em compras à vista e a prazo; consumos de água e luz; interpretação de extratos bancários; leitura e traçado de itinerários, de mapas e plantas baixas; medidas de terrenos e construções; planejamento e organização de eventos, dentre diversas outras situações.

Dessa forma, em relação ao tratamento da informação, espera-se que a obra didática:

- Estimule a coleta e classificação de dados em diferentes fontes de informação;
- Proponha a organização e representação de dados em diferentes formas (listas, tabelas, gráficos etc);
- Incentive a interpretação de tabelas e gráficos;
- Explore o conceito de média aritmética.

4.2. Componentes Curriculares do Primeiro Segmento

Volume(s) destinado(s) à(s) etapa(s) de EJA correspondentes ao 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

4.2.1. Língua Portuguesa

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Língua Portuguesa

Considerando-se as demandas de comunicação linguística inerentes à vida em sociedade, assim como as recomendações expressas por diretrizes, orientações e parâmetros curriculares oficiais, o ensino de língua materna, nos primeiros anos do ensino fundamental, deve organizar-se de forma a garantir ao aluno:

1. desenvolvimento da linguagem oral e a apropriação e o desenvolvimento da linguagem escrita, especialmente no que diz respeito a demandas básicas oriundas seja de situações e instâncias públicas e formais de uso da língua, seja do próprio processo de ensino-aprendizagem escolar;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

2. pleno acesso ao mundo da escrita e, portanto, o domínio da escrita alfabética e a proficiência em leitura e escrita, no que diz respeito a gêneros discursivos e tipos de texto representativos das principais funções da escrita em diferentes esferas de atividade social; a fruição estética e a apreciação crítica da produção literária associada à língua portuguesa, em especial a da literatura brasileira; o desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação linguística e no convívio democrático com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito e valorizar as diferentes possibilidades de expressão linguística; o domínio das normas urbanas de prestígio¹, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido; a práticas de análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se revelarem pertinentes, seja para a (re)construção dos sentidos de textos, seja para a compreensão do funcionamento da língua e da linguagem.

Portanto, as atividades de leitura e compreensão, de produção escrita e de produção e compreensão oral, em situações contextualizadas de uso, devem ser prioritárias no ensino-aprendizagem desses anos de escolarização — e, por conseguinte, na proposta pedagógica dos livros didáticos de Português (LDPs) a eles destinados. Por outro lado, as práticas de reflexão, assim como a construção correlata de conhecimentos linguísticos e a descrição gramatical, devem justificar-se por sua funcionalidade, exercendo-se, sempre, com base em textos produzidos em condições sociais efetivas de uso da língua, e não em situações didáticas artificialmente criadas.

Neste quadro geral, é preciso atentar para as especificidades de um adequado processo de alfabetização, na medida em que ele se constitui como condição fundamental para o desenvolvimento da autonomia nos estudos e para o sucesso de todo o ensino-aprendizagem escolar. Neste sentido, recomenda-se que as coleções destinadas ao primeiro segmento do ensino fundamental organizem-se de forma a garantir que os volumes dirigidos para a etapa de EJA que correspondem ao terceiro, o quarto e o quinto anos constituam-se como propostas de consolidação e aprofundamento dos processos de letramento, de alfabetização e de desenvolvimento de competências e habilidades necessárias aos níveis gradativamente superiores de proficiência oral e escrita pressupostos em cada um desses anos de escolarização. Critérios eliminatórios específicos para o componente curricular Língua Portuguesa Considerando-se os princípios acima enunciados, serão excluídas as coleções de Língua Portuguesa cujas análises manifestarem, em um ou mais de seus componentes, incompatibilidade com os critérios a seguir explicitados.

Relativos à natureza do material textual

O conjunto de textos que um LDP oferece para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa deve justificar-se *pela qualidade da experiência de leitura que possa propiciar* ao aluno, contribuindo para a sua formação como leitor proficiente, inclusive como leitor literário. Uma coletânea deve, portanto:

- a) estar isenta tanto de fragmentos sem unidade de sentido quanto de pseudotextos, redigidos com propósitos exclusivamente didáticos;
- b) ser representativa da heterogeneidade própria da cultura da escrita — inclusive no que diz respeito a autoria, a registros, estilos e variedades (sociais e regionais) linguísticas do Português, de forma a permitir ao aluno a percepção de semelhanças e diferenças entre tipos de textos e gêneros diversos, *pertencentes a esferas socialmente mais significativas de uso da linguagem*;
- c) ser adequada do ponto de vista da extensão, da temática e da complexidade linguística ao nível de escolarização em jogo;
- d) incluir, de forma significativa e equilibrada, em relação aos demais, *textos da tradição literária* de língua portuguesa (especialmente os da literatura brasileira);
- e) incentivar educadores e alunos a buscarem textos e informações fora dos limites do próprio livro didático.

Relativos ao trabalho com o texto

No trabalho com o texto, em qualquer de suas dimensões (leitura e compreensão, produção de textos orais e escritos, construção de conhecimentos linguísticos), é fundamental a *diversidade de estratégias*, assim

¹ Em substituição à expressão “norma culta”, normas urbanas de prestígio é um termo técnico recente, introduzido para designar os falares urbanos que, numa comunidade linguística como a dos falantes do português do Brasil, desfrutam de maior prestígio político, social e cultural e, por isso mesmo, estão mais associados à escrita, à tradição literária e a instituições como o Estado, a Escola, as Igrejas e a Imprensa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

como a articulação entre os vários aspectos envolvidos, de forma a garantir a progressão nos estudos. Além desses, em cada um dos componentes de Língua Portuguesa outros critérios afiguram-se fundamentais para garantir à coleção um desempenho ao menos satisfatório, em termos metodológicos.

Relativos à Leitura

As atividades de compreensão e interpretação do texto têm como *objetivo final* a formação do leitor (inclusive a do leitor literário) e o desenvolvimento da *proficiência em leitura*. Portanto, só podem constituir-se como tais na medida em que:

- a) encararem a *leitura como uma situação de interlocução leitor/autor/texto socialmente contextualizada*;
- b) respeitarem *as convenções e os modos de ler próprios dos diferentes gêneros*, tanto literários quanto não literários;
- c) desenvolverem *estratégias e capacidades* de leitura, tanto as relacionadas aos gêneros propostos, quanto as inerentes ao nível de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

Produção de textos escritos

As propostas de produção escrita devem visar à *formação do produtor de texto* e, portanto, ao desenvolvimento da *proficiência em escrita*. Neste sentido, não podem deixar de:

- a) *considerar a escrita como uma prática socialmente situada*, propondo ao aluno, portanto, *condições plausíveis de produção* do texto;
- b) abordar a *escrita como processo*, de forma a ensinar explicitamente os procedimentos envolvidos no planejamento, na produção e na revisão e reescrita dos textos;
- c) explorar a *produção de gêneros ao mesmo tempo diversos e pertinentes* para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo nível de ensino visado;
- d) desenvolver as *estratégias de produção* relacionadas tanto ao gênero proposto quanto ao grau de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

Relativos ao trabalho com a oralidade

A linguagem oral, que o aluno chega à escola dominando satisfatoriamente, no que diz respeito a demandas de seu convívio social imediato, é o instrumento por meio do qual se efetivam tanto a interação educador-aluno quanto o processo de ensino-aprendizagem. Será com o apoio dessa experiência prévia que o aprendiz não só desvendará o funcionamento da língua escrita como estenderá o domínio da fala para novas situações e contextos, inclusive no que diz respeito a situações escolares como as exposições orais e os seminários. Assim, caberá ao LDP, no que diz respeito a esse quesito:

- a) recorrer à oralidade nas estratégias didáticas de abordagem da leitura e da produção de textos;
- b) valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade linguísticas, situando neste contexto sociolinguístico o ensino das normas urbanas de prestígio;
- c) propiciar o desenvolvimento das capacidades e formas discursivas relacionadas aos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou públicas pertinentes ao nível de ensino em foco.

Relativos ao trabalho com os conhecimentos linguísticos

O trabalho com os conhecimentos linguísticos objetiva levar o aluno a refletir sobre aspectos da língua e da linguagem relevantes para o desenvolvimento tanto da proficiência oral e escrita quanto da capacidade de analisar fatos de língua e de linguagem. Por isso mesmo, seus conteúdos e atividades devem:

- a) abordar os diferentes tipos de conhecimentos linguísticos em *situações de uso*, articulando-os com a leitura, a produção de textos e o exercício da linguagem oral;
- b) *considerar e respeitar as variedades regionais e sociais* da língua, promovendo o estudo das normas urbanas de prestígio neste contexto sociolinguístico;
- c) estimular a reflexão e propiciar a *construção dos conceitos* abordados.

4.2.2. Ciências

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Ciências



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Ciências *será observado se a coleção apresenta:*

- temas de estudo, atividades, linguagem e terminologia científica adequadas aos sujeitos de EJA, respeitando sua experiência e conhecimentos adquiridos na vida social;
- iniciação às diferentes áreas do conhecimento científico, assegurando a abordagem de aspectos centrais em física, astronomia, química, geologia, ecologia e biologia (incluindo zoologia, botânica, saúde, higiene, fisiologia e corpo humano);
- articulação dos conteúdos de Ciências com outros campos disciplinares;
- produção do conhecimento científico como atividade que envolve diferentes pessoas e instituições às quais se deve dar os devidos créditos;
- incentivo a uma postura de respeito ao ambiente, conservação e manejo corretos;
- textos e atividades que colaborem com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade, buscando uma formação para o pleno exercício da cidadania;
- propostas de atividades que estimulem a investigação científica, por meio da observação, experimentação, interpretação, análise, discussões dos resultados, síntese, registros, comunicação e de outros procedimentos característicos da Ciência;
- orientação para o desenvolvimento de atividades experimentais factíveis, com resultados confiáveis e interpretação teórica correta;
- orientações claras e precisas sobre os riscos na realização dos experimentos e atividades propostos visando garantir a integridade física de alunos, educadores e demais pessoas envolvidas no processo educacional;
- propostas de atividades que estimulem a interação e participação da comunidade escolar, das famílias e da população em geral;
- propostas de visitas a espaços que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (museus, centros de ciências, universidades, centros de pesquisa e outros);
- propostas de uso de tecnologias da informação e comunicação.

4.2.3. Geografia

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Geografia

A problematização dos temas tratados pela Geografia, tanto nos textos como nas atividades e ilustrações, deve favorecer a discussão e a crítica, de modo a conscientizar cada aluno de seu papel de agente social, indispensável ao desenvolvimento de habilidades e procedimentos que estimulem a formação de atitudes para o exercício da cidadania, no âmbito do componente curricular.

Nessa acepção, uma boa coleção de livros didáticos de Geografia deve, necessariamente, apresentar:

- compatibilidade entre a opção teórico-metodológica adotada, os conteúdos geográficos desenvolvidos e o modo como são desenvolvidos, evitando paradoxos de interpretações;
- articulação das relações espaço-temporais que possibilitem compreender a construção histórica do espaço geográfico e as interações da Sociedade com a Natureza;
- articulação dos processos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais para a explicação do estágio de desenvolvimento dos povos e países, mantendo-se o direito à diversidade dentro de padrões éticos e de respeito à liberdade de indivíduos e grupos, com isenção de preconceitos, tanto de origem, etnia, gênero, religião, idade ou outras formas de discriminação;
- discussões e renovações na área, mostrando-se atualizada em relação aos avanços teórico-metodológicos recentes aceitos pela comunidade científica e incorporados à corrente de pensamento que for adotada pela coleção ou livro didático, ressaltando-se que a opção por uma dada corrente não será indicativo de sua qualidade;
- discussão de diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países, sem discriminar ou tratar negativamente os que não seguem o padrão hegemônico de conduta da Sociedade Ocidental, evitando visões distorcidas da realidade e a veiculação de ideologias antropocêntricas e políticas, ou ambas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- conceitos vinculados às dimensões de análise que abordam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais sem omitir qualquer um dos conceitos estruturantes do espaço geográfico: natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar;
- conceitos e informações corretas que permitam a compreensão da formação, do desenvolvimento e da ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e suas relações;
- conceitos e informações corretas que permitam compreender a formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações;
- conceitos e informações relacionadas de maneira correta, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade;
- temas e conteúdos da geografia econômica sem o objetivo de publicidade, mostrando a necessária diversificação dos produtos apenas para explicar os processos espaciais;
- atividades que favoreçam a realização de trabalhos de campo, em pelo menos um volume da coleção, estimulando a observação, a investigação, a comparação, a compreensão, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese;
- leituras complementares de fontes científicas reconhecidas e atualizadas, acompanhadas de referências bibliográficas, nota de rodapé ou outras formas adequadas, que ampliem conceitos e conteúdos e sejam, de fato, coerentes com o texto principal, evitando textos herméticos, mesmo que sejam de pensadores consagrados;
- linguagem adequada aos sujeitos da EJA, à transmissão dos conhecimentos geográficos, ao desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos linguísticos, evitando reducionismos e estereótipos no tratamento das questões sociais e naturais;
- ilustrações que dialogam com o texto e com exemplos da diversidade étnica da população brasileira e da pluralidade social e cultural do país, não devendo reforçar preconceitos e estereótipos em relação a gênero e a outras nações do mundo;
- escala adequada de representação dos fenômenos tratados;
- legendas sintéticas, com cores definidas, evitando o excesso da informação a ser identificada e localizada no mapa, bem como, datas, símbolos convencionais e demais créditos necessários para a identificação das fontes utilizadas;
- orientação para o uso adequado dos pontos cardeais e colaterais, a partir da Rosa dos Ventos colocada ao lado dos mapas e figuras;
- fontes fidedignas na citação de textos e mapas, evitando utilizar um mapa já conhecido de outro(a) autor(a) sem a citação correta, negando-lhe a autoria e indicando apenas as mesmas fontes que este(a) autor(a) utilizou, sintetizou e citou na sua elaboração.

4.2.4. História

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular História

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular História *será observado se a coleção:*

- utiliza a intensa produção de conhecimento nas áreas da História e da Pedagogia, realizada nos últimos anos, considerando-a como ponto de reflexão e de discussão;
- compreende a escrita da História como um processo social e cientificamente produzido e que desempenha funções na sociedade;
- explicita as opções teórico-metodológicas (histórica e pedagógica);
- apresenta coerência entre as opções teórico-metodológicas explicitadas e o desenvolvimento dos textos principais, textos complementares, ilustrações e com os objetivos gerais do ensino de História para os anos finais do ensino fundamental;
- adota opções teórico-metodológicas que contribuem efetivamente para a consecução dos objetivos da disciplina no Ensino Fundamental da EJA;
- desperta os alunos para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, na construção da cidadania. Estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência humana e a pluralidade social, com respeito e interesse. Na área de História, esses preceitos éticos, contudo, só têm sentido se tratados historicamente, visto que, retirados de seu contexto histórico, podem se revestir, apenas, de ensinamentos morais e cívicos que não condizem com os objetivos do ensino nem com a produção do conhecimento histórico;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- contribui para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, o raciocínio crítico e a capacidade de argumentar;
- apresenta ilustrações variadas quanto às possibilidades de significação como os desenhos, fotografias e reproduções de pinturas;
- apresenta ilustrações que exploram as múltiplas funções das imagens, de forma a auxiliar o aprendizado do alfabetismo visual e do ensino de História;
- apresenta imagens acompanhadas de atividades de leitura e interpretação e de interação, sempre que possível, referenciada sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico.

Para que haja coerência com os princípios acima listados, as obras didáticas não devem conter *anacronismos* e *voluntarismos*.

- O anacronismo consiste em atribuir razões ou sentimentos gerados no presente aos agentes históricos do passado, interpretando-se, assim, a História em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas. Trata-se, com efeito, de distorção grave, que compromete totalmente a compreensão do processo histórico.
- O voluntarismo, por sua vez, consiste em aplicar a documentos e textos uma teoria *a priori*, em função do que se quer demonstrar. Desta forma, a escrita da História é utilizada apenas para confirmar as explicações já existentes na mente da autoria, que parte de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos ou pseudocientíficos. Pode, ainda, originar-se da tentativa da aplicação de teorias explicativas, tomadas acriticamente.

Serão excluídas as coleções didáticas que apresentarem erros de informação tópica, nominal ou cronológica.

4.2.5. Matemática

As coleções didáticas de Matemática devem capacitar os alunos para:

- usar com autonomia o raciocínio matemático, para a compreensão do mundo que nos cerca;
- raciocinar, fazer abstrações com base em situações concretas, generalizar, organizar e representar;
- planejar ações e projetar soluções para problemas novos, que exigem iniciativa e criatividade;
- resolver problemas, criando estratégias próprias para sua resolução, ou utilizando estratégias convencionais, desenvolvendo a imaginação e a criatividade;
- compreender e transmitir idéias matemáticas, por escrito ou oralmente, desenvolvendo a capacidade de argumentação;
- estabelecer relações entre os campos da Matemática e entre estes e outros campos do saber;
- relacionar conceitos e estratégias de diferentes campos matemáticos, sendo capaz de identificar diferentes formas ou abordagens para resolver problemas;
- interpretar matematicamente situações do dia-a-dia, e também do mundo tecnológico e científico;
- avaliar se resultados obtidos na solução de situações-problema são ou não razoáveis;
- fazer estimativas mentais de resultados ou cálculos aproximados;
- utilizar as novas tecnologias da informação e da comunicação.

Estes objetivos devem servir de orientação para todo o processo de ensino e aprendizagem da Matemática, desde os primeiros passos da escolaridade. Ao propor esta lista de objetivos para o ensino de Matemática, delinea-se uma mudança de enfoque: saímos da simples preocupação com o que ensinar, para levar em conta também o processo de ensino e aprendizagem e o significado do que se ensina nas práticas sociais atuais. A escolha de conteúdos adequados à sociedade atual, que possam prover instrumentos eficazes para a resolução de problemas, deve ser valorizada e efetivamente trabalhada no processo de ensino e aprendizagem de Matemática.

Para uma aprendizagem significativa, devem ser dosados, nesse processo, judiciosamente, o uso de intuição, de fatos do dia-a-dia, o emprego de variados materiais didáticos, o início da apresentação da Matemática abstrata, visando, por um lado, a aprendizagem futura e, por outro lado, o desenvolvimento da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

capacidade de raciocinar, de fazer abstrações a partir de situações concretas, de generalizar, de organizar e de representar.

A abordagem dessas competências deve levar em conta o aluno dessa faixa de escolaridade, sem subestimá-lo ou superestimá-lo. O texto subestima o aluno quando desconsidera a riqueza e variedade de experiências e interesses que ele traz para a escola. O aluno é também subestimado com a apresentação de situações, problemas e atividades que não exercitam sua imaginação e criatividade. O aluno é superestimado quando o texto o supõe já capaz de um raciocínio lógico-dedutivo plenamente desenvolvido, e apresenta a Matemática de um ponto de vista meramente formal e sistematizado.

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Matemática

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Matemática será excluída a coleção que:

- apresentar erro ou indução a erro em conceitos, argumentação e procedimentos matemáticos, no livro do aluno, no Manual do educador e, quando houver, no glossário;
- deixar de incluir um dos campos da Matemática escolar, a saber, números e operações, álgebra, geometria, grandezas e medidas e tratamento da informação;
- der atenção apenas ao trabalho mecânico com procedimentos, em detrimento da exploração dos conceitos matemáticos e de sua utilidade para resolver problemas;
- apresentar os conceitos com erro de encadeamento lógico, tais como: recorrer a conceitos ainda não definidos para introduzir outro conceito, utilizar-se de definições circulares, confundir tese com hipótese em demonstrações matemáticas;
- deixar de propiciar o desenvolvimento, pelo aluno, de competências cognitivas básicas, como: observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de idéias matemáticas, memorização;
- supervalorizar o trabalho individual;
- apresentar publicidade de produtos ou empresas.

4.2.6. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Artes

A atual legislação educacional brasileira reconhece a importância da artes na formação e desenvolvimento de pessoas jovens, adultas e idosas, incluindo-a como componente curricular obrigatório da educação básica, também na modalidade EJA. No ensino fundamental a Artes passa a vigorar como área de conhecimento e trabalho com as várias linguagens e visa à formação artística e estética dos alunos. A área de Artes, assim constituída, refere-se às linguagens artísticas, como as Artes Visuais, a Música, o Teatro e a Dança. A área de Artes que se está delineando neste documento visa a destacar os aspectos essenciais da criação e percepção estética dos alunos e o modo de tratar a apropriação de conteúdos imprescindíveis para a cultura do cidadão contemporâneo. As oportunidades de aprendizagem de artes, dentro e fora da escola, mobilizam a expressão e a comunicação pessoal e ampliam a formação do estudante como cidadão, principalmente por intensificar as relações dos indivíduos tanto com seu mundo interior como com o exterior. Em particular, para os alunos da EJA, muitos deles envolvidos em processos culturais ricos e diversificados, como produtores, como apreciadores e difusores de cultura o ensino e as práticas educativas relacionadas a artes ganham relevância singular para a identidade desses alunos.

Entende-se que o educando desenvolve sua cultura de artes fazendo, conhecendo e apreciando produções artísticas, das mais diversas fontes e proveniências, que são ações que integram o perceber, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar. A realização de trabalhos pessoais, assim como a apreciação de seus trabalhos, os dos colegas e a produção de artistas, se dá mediante a elaboração de idéias, sensações, hipóteses e esquemas pessoais que o aluno vai estruturando e transformando, ao interagir com os diversos conteúdos de artes manifestados nesse processo dialógico.

Produzindo trabalhos artísticos e conhecendo essa produção nas outras culturas, o aluno da EJA poderá compreender a diversidade de valores que orientam tanto seus modos de pensar e agir como os da sociedade. Trata-se de criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio e favorecer o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

entendimento da riqueza e diversidade da imaginação humana, incluindo nela suas próprias vivências e bagagem cultural. Além disso, os alunos tornam-se capazes de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo e decodificando formas, sons, gestos, movimentos que estão à sua volta, e que tecem a rede de conhecimentos e relações sociais que formam os saberes adquiridos ao longo da vida. O exercício de uma percepção crítica das transformações que ocorrem na natureza e na cultura pode criar condições para que os alunos da EJA percebam o seu comprometimento na manutenção de uma qualidade de vida melhor, e a necessidade de valorização do seu entorno cultural.

A dimensão social das manifestações artísticas revela modos de perceber, sentir e articular significados e valores que orientam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. A artes estimula o aluno a perceber, compreender e relacionar tais significados sociais. Essa forma de compreensão da artes inclui modos de interação como a empatia e se concretiza em múltiplas sínteses. O conhecimento da artes abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a artes ensina que nossas experiências geram um movimento de transformação permanente, que é preciso reordenar referências a cada momento, ser flexível. Isso significa que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender.

Ao ter oportunidade de desenvolver aprendizagens relacionadas a artes na escola, o educando de EJA poderá integrar os múltiplos sentidos presentes na dimensão do concreto e do virtual, do sonho e da realidade. Tal integração é fundamental na construção da identidade e da consciência do jovem, da recuperação de sentidos e significâncias para adultos e idosos que poderão assim compreender melhor sua inserção e participação na sociedade.

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Artes

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Artes *será observado se a coleção possibilita ao aluno de EJA:*

- Experimentar e explorar as possibilidades de diferentes linguagens artísticas;
- Compreender e utilizar a artes como linguagem, mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a investigação, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;
- Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em Artes (artes visuais, dança, música, teatro), de modo a utilizá-los em trabalhos pessoais, identificá-los e interpretá-los na apreciação e contextualizá-los culturalmente;
- Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e o conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas;
- Identificar, relacionar e compreender a artes como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo cultural e natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos;
- Observar as relações entre a artes e a leitura da realidade, refletindo, investigando, indagando, com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, a sensibilidade, argumentando e apreciando artes de modo sensível;
- Identificar, relacionar e compreender os diferentes âmbitos da artes, do trabalho e da produção dos artistas;
- Identificar, investigar e organizar informações sobre a artes, reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias;
- Pesquisar e saber organizar informações sobre artes em contato com artistas, obras de artes, fontes de comunicação e informação;
- Utilizar os conhecimentos sobre a relação artes e realidade para analisar formas de organização de mundo e de identidades;
- Analisar criticamente as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos artísticos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

4.3. Componentes Curriculares do Segundo Segmento

Volume(s) destinado(s) à(s) etapa(s) de EJA correspondentes ao 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

Critérios Eliminatórios Específicos das Áreas:

4.3.1 Ciências

Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Ciências

O rápido crescimento da Ciência ocorrido nos últimos 100 anos foi acompanhado por uma educação formal focada cada vez mais na informação e na memorização. Além disso, temas e práticas descontextualizadas, muito distantes da realidade e do dia-a-dia dos alunos, têm dificultado a compreensão de como a ciência e a tecnologia são produzidas e afetam nossa sociedade. O livro didático de Ciências deve contribuir para romper com esse modelo de ensino e familiarizar o estudante com a pesquisa, orientando-o para a investigação de fenômenos e temas que evidenciem a utilidade da Ciência para o bem estar social e para a formação de cidadãos aptos a responder aos questionamentos que o século XXI nos coloca.

Promover a pesquisa durante o processo de ensino cria condições efetivas para um prazeroso e eficiente aprendizado. A pesquisa propicia situações, tanto coletivas como individuais, para observações, questionamentos, formulação de hipóteses, experimentação, análise e registro, estabelecendo um rico processo de troca entre educadores e alunos para gerar novas indagações. A educação em Ciências passa então a ser empolgante, dinâmica e estimulante, permitindo ao aluno explorar, conhecer e transformar seu mundo. Torna-se um processo em que sempre há espaço para atividades lúdicas e práticas. É esse o conceito de ensino de Ciências que se espera ser trabalhado no livro didático: ensinar Ciências fazendo ciência.

O nosso ambiente de vida oferece variadas e atraentes possibilidades de estudo, permitindo ao aluno observar, levantar hipóteses, medir, experimentar, fazer contas, ler, escrever, desenhar e se envolver de forma a construir um conhecimento científico e uma visão crítica do mundo que o cerca. Ao invés de simplesmente informar, o livro didático deve estimular a busca de respostas.

O livro didático é um suporte de conhecimentos e de métodos para o ensino, e serve como orientação para as atividades de produção e reprodução de conhecimento. Assim, é fundamental que o livro didático e, especialmente, o manual do educador, estimule outras leituras e apresente variadas referências bibliográficas, por meio de diferentes possibilidades: revistas especializadas, obras disponíveis em bibliotecas (da escola, da cidade, de instituições de ensino superior, dentre outras), além de obras e/ou textos obtidos por meio da rede mundial de computadores (internet).

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Ciências

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Ciências *será observado se a coleção apresenta:*

- propostas de atividades que estimulem a investigação científica, por meio da observação, experimentação, interpretação, análise, discussões dos resultados, síntese, registros, comunicação e de outros procedimentos característicos da Ciência;
- temas de estudo, atividades, linguagem e terminologia científica adequadas ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos estudantes;
- iniciação às diferentes áreas do conhecimento científico, assegurando a abordagem de aspectos centrais em física, astronomia, química, geologia, ecologia e biologia (incluindo zoologia, botânica, saúde, higiene, fisiologia e corpo humano);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- articulação dos conteúdos de Ciências com outros campos disciplinares;
- produção do conhecimento científico como atividade que envolve diferentes pessoas e instituições às quais se deve dar os devidos créditos;
- textos e atividades que colaborem com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade, buscando uma formação para o pleno exercício da cidadania;
- orientação para o desenvolvimento de atividades experimentais factíveis, com resultados confiáveis e interpretação teórica correta;
- incentivo a uma postura de respeito ao ambiente, conservação e manejo corretos;
- orientações claras e precisas sobre os riscos na realização dos experimentos e atividades propostos visando garantir a integridade física de alunos, educadores e demais pessoas envolvidas no processo educacional;
- propostas de atividades que estimulem a interação e participação da comunidade escolar, das famílias e da população em geral;
- propostas de visitas a espaços que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (museus, centros de ciências, universidades, centros de pesquisa e outros);
- propostas de uso de tecnologias da informação e comunicação.

4.3.2 Geografia

Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Geografia

O movimento de *renovação* da ciência geográfica, intensificado nas últimas décadas do século XX, teve como uma de suas prioridades a reflexão acerca de suas concepções teórico-metodológicas. Desenvolvido a partir da produção acadêmica, esse processo trouxe evidentes repercussões para a Geografia abordada na educação básica, que, de modo geral, se pautava na busca de explicações objetivas e quantitativas da realidade, imprimindo o mito do discurso neutro e mantendo as análises geográficas presas ao mundo das aparências.

As bases dessa revisão crítica foram lançadas no Brasil já no início da década de 1970, em inúmeras obras e eventos, mas, apenas na década seguinte, os debates acadêmicos alcançaram, de fato, as instituições de Ensino Fundamental. Esse movimento trouxe inúmeras mudanças para o ensino de Geografia, traduzidas em propostas curriculares municipais e estaduais e livros didáticos, que também começaram a trabalhar com proposições identificadas com a(s) Geografia(s) Crítica(s).

A visão de Geografia contida neste Edital é a de uma ciência que estuda processos, dinâmicas e fenômenos da sociedade e da natureza, para compreender as relações sociedade/espaço/tempo que se concretizam diacrônica e sincronicamente, produzindo, reproduzindo e transformando o espaço geográfico nas escalas local, regional, nacional e mundial. Essas relações abordadas no processo de construção social, cuja gênese se constitui no espaço e no tempo, não podem ser entendidas como uma enumeração ou descrição de fatos e fenômenos desarticulados, que se esgotam em si mesmos.

O raciocínio geográfico forma-se a partir de um referencial teórico-metodológico, assentado sobre os conceitos de natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar, congregando dimensões de análise que abordam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais.

Partindo dessas referências, o estudo espacial deve estar voltado para a identificação das variáveis básicas que permitam perceber a totalidade: localização, distância, semelhanças, diferenças, hierarquias, atividades e sistemas de relações, de maneira a articular formas, conteúdos, processos e funções, observando as articulações e contradições existentes entre essas dimensões da realidade. Isso pressupõe ultrapassar a mera descrição dos elementos constituintes do espaço, enfatizando sua gênese, motivação e interesses dos agentes sociais em suas múltiplas determinações.

Na observação e interpretação da realidade social, econômica, política e cultural, a Cartografia torna-se indispensável, na medida em que possibilita o registro e o estabelecimento de correlações entre as dimensões da sociedade e da natureza no tempo e no espaço.

Esses princípios teórico-metodológicos da ciência geográfica, quando expressos em uma linguagem científica adequada e coerente ao ensino básico, traduzem uma compreensão dos processos formadores da realidade. Neste sentido, contribui para o alcance do objetivo geral da Geografia, como componente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

obrigatório do currículo escolar: formar cidadãos capazes de analisar a realidade, com suas semelhanças, diferenças e desigualdades sociais, apresentando, no decorrer do processo ensino-aprendizagem, propostas para sua transformação.

O conteúdo, além de orientações didático-pedagógicas, é de fundamental importância para o educando compreender e refletir sobre seu cotidiano, articulado às escalas regional, nacional e mundial, sendo imprescindível trabalhar as interações da sociedade com a natureza. Com base nessas interações, o livro didático deve conter explicações sobre a produção do espaço pelas sociedades ao longo da história, com argumentações sobre esse processo de transformação contínua e desigual, visto que as bases naturais desses espaços produzidos socialmente são também diferentes, em razão da localização dos recursos disponíveis na superfície terrestre.

Como as interações sociedade-natureza também se transformam em decorrência de redes e conexões do atual meio técnico/científico/informacional, o livro didático de Geografia pode contribuir com o trabalho do educador, trazendo informações, conhecimentos e concepções que preparem o aluno para localizar-se e atuar em um mundo complexo e contraditório, decodificá-lo, compreender seu sentido e significado.

Ao oferecer contribuições para o estudante se apropriar de uma linguagem necessária ao desenvolvimento de habilidades de representar e interpretar o mundo em suas múltiplas escalas, o livro didático deve sugerir a realização de trabalhos de campo, que estimulem a observação, a investigação, a comparação, a compreensão, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese. Neste aspecto, o domínio e utilização da linguagem cartográfica são indispensáveis para a construção e registro de conhecimentos e valores, na compreensão das diferenças existentes entre o real e sua representação e na articulação entre conteúdo e forma, devendo ser a Cartografia amplamente utilizada e articulada às novas tecnologias disponíveis na escola.

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Geografia

A problematização dos temas tratados pela Geografia, tanto nos textos como nas atividades e ilustrações, deve favorecer a discussão e a crítica, de modo a conscientizar cada aluno de seu papel de agente social, indispensável ao desenvolvimento de habilidades e procedimentos que estimulem a formação de atitudes para o exercício da cidadania, no âmbito do componente curricular.

Nessa acepção, uma boa coleção de livros didáticos de Geografia deve, necessariamente, apresentar:

- compatibilidade entre a opção teórico-metodológica adotada, os conteúdos geográficos desenvolvidos e o modo como são desenvolvidos, evitando paradoxos de interpretações;
- articulação das relações espaço-temporais que possibilitem compreender a construção histórica do espaço geográfico e as interações da Sociedade com a Natureza;
- articulação dos processos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais para a explicação do estágio de desenvolvimento dos povos e países, mantendo-se o direito à diversidade dentro de padrões éticos e de respeito à liberdade de indivíduos e grupos, com isenção de preconceitos, tanto de origem, etnia, gênero, religião, idade ou outras formas de discriminação;
- discussões e renovações na área, mostrando-se atualizada em relação aos avanços teórico-metodológicos recentes aceitos pela comunidade científica e incorporados à corrente de pensamento que for adotada pela coleção ou livro didático, ressaltando-se que a opção por uma dada corrente não será indicativo de sua qualidade;
- discussão de diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países, sem discriminar ou tratar negativamente os que não seguem o padrão hegemônico de conduta da Sociedade Ocidental, evitando visões distorcidas da realidade e a veiculação de ideologias antropocêntricas e políticas, ou ambas;
- conceitos vinculados às dimensões de análise que abordam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais sem omitir qualquer um dos conceitos estruturantes do espaço geográfico: natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar;
- conceitos e informações corretas que permitam a compreensão da formação, do desenvolvimento e da ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e suas relações;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- conceitos e informações corretas que permitam compreender a formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações;
- conceitos e informações relacionadas de maneira correta, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade;
- temas e conteúdos da geografia econômica sem o objetivo de publicidade, mostrando a necessária diversificação dos produtos apenas para explicar os processos espaciais;
- atividades que favoreçam a realização de trabalhos de campo, em pelo menos um volume da coleção, estimulando a observação, a investigação, a comparação, a compreensão, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese;
- leituras complementares de fontes científicas reconhecidas e atualizadas, acompanhadas de referências bibliográficas, nota de rodapé ou outras formas adequadas, que ampliem conceitos e conteúdos e sejam, de fato, coerentes com o texto principal, evitando textos herméticos, mesmo que sejam de pensadores consagrados;
- linguagem adequada que considere as características das pessoas jovens, adultas e idosas que buscam a EJA e seja apropriada à transmissão dos conhecimentos geográficos, ao desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos linguísticos, evitando reducionismos e estereótipos no tratamento das questões sociais e naturais;
- ilustrações que dialogam com o texto e com exemplos da diversidade étnica da população brasileira e da pluralidade social e cultural do país, não devendo reforçar preconceitos e estereótipos em relação a gênero e a outras nações do mundo;
- escala adequada de representação dos fenômenos tratados;
- legendas sintéticas, com cores definidas, evitando o excesso da informação a ser identificada e localizada no mapa, bem como, datas, símbolos convencionais e demais créditos necessários para a identificação das fontes utilizadas;
- orientação para o uso adequado dos pontos cardeais e colaterais, a partir da Rosa dos Ventos colocada ao lado dos mapas e figuras;
- fontes fidedignas na citação de textos e mapas, evitando utilizar um mapa já conhecido de outro(a) autor(a) sem a citação correta, negando-lhe a autoria e indicando apenas as mesmas fontes que este(a) autor(a) utilizou, sintetizou e citou na sua elaboração.

4.3.3 História

Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular História

Como área de conhecimento, a História modificou-se muito no século XX, deixando de ser entendida como o resgate dos fatos ocorridos para ser a representação destes, por meio da interpretação das fontes e testemunhos. Contudo, o conhecimento histórico escolar ainda está muito marcado pelo senso comum sobre a História: a enumeração, a mais exata possível, dos fatos, datas e personagens do passado e, portanto, centrada na informação e na memorização.

Considera-se que há consenso suficiente entre os profissionais de História para afirmar que a educação básica precisa desconstruir esse senso comum, o qual está na base da percepção de que, no livro didático, há uma verdade absoluta, ignorando os saberes prévios dos estudantes. Essa visão parte de uma concepção de ensino-aprendizagem calcada na transmissão sem relação com a realidade e com o dia-a-dia dos alunos, o que não proporciona, portanto, a compreensão de como o conhecimento do passado e dos modos humanos padronizados de agir, pensar e sentir, estabelecidos em diferentes tempos e espaços, podem possibilitar o pensar historicamente, que é o objetivo central do ensino-aprendizagem de História.

Neste sentido, é fundamental a diferenciação entre a vivência desses processos e a forma de produção de conhecimento sobre eles, ou seja, a compreensão do processo histórico e da produção de conhecimento sobre o mesmo. Da capacidade de discernir entre essas duas dimensões da História derivará o desenvolvimento de capacidades que auxiliem o aluno a atuar na sociedade de forma autônoma, crítica, participativa, digna e responsável.

Portanto, ensina-se História como se produz o conhecimento histórico. O desafio de uma boa coleção didática não é explorar a maior quantidade de conteúdos, mas ser um instrumento para que o educador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

trabalhe com os alunos a metodologia da produção do conhecimento histórico, sempre adequado ao nível de escolaridade a que a coleção se destina.

Tal ensino deve ser de qualidade, ou seja, deve adequar-se às necessidades socioculturais da sociedade brasileira, considerar os interesses e as potencialidades cognitivas dos alunos, levar em conta os saberes gestados na prática docente e oferecer tecnologia educacional compatível, seja com a legislação educacional em vigor, seja com as tendências científicas abonadas pela academia.

Neste segmento de ensino fundamental, o livro didático deve contribuir para o desenvolvimento dos conceitos de História, fonte, historiografia, memória, acontecimento, seqüência, encadeamento, períodos, fato, tempo, simultaneidade, ritmos de tempo, medidas de tempo, sujeito histórico, espaço, historicidade, identidade, semelhança, diferença, contradição, continuidade, permanência, mudança, evidência, causa, ficção, narrativa, verdade, ruptura, explicação e interpretação.

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular História (fl.53/54)

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular História *será observado se a coleção:*

- utiliza a intensa produção de conhecimento nas áreas da História e da Pedagogia, realizada nos últimos anos, considerando-a como ponto de reflexão e de discussão;
- compreende a escrita da História como um processo social e cientificamente produzido e que desempenha funções na sociedade;
- explicita as opções teórico-metodológicas (histórica e pedagógica);
- apresenta coerência entre as opções teórico-metodológicas explicitadas e o desenvolvimento dos textos principais, textos complementares, ilustrações e com os objetivos gerais do ensino de História para os anos finais do ensino fundamental;
- adota opções teórico-metodológicas que contribuem efetivamente para a consecução dos objetivos da História acadêmica, da disciplina escolar História para os anos finais do Ensino Fundamental;
- desperta os alunos para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, na construção da cidadania. Estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência humana e a pluralidade social, com respeito e interesse. Na área de História, esses preceitos éticos, contudo, só têm sentido se tratados historicamente, visto que, desistoricizados, podem se revestir, apenas, de ensinamentos morais e cívicos que não condizem com os objetivos do ensino nem com a produção do conhecimento histórico;
- contribui para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, o raciocínio crítico e a capacidade de argumentar;
- apresenta ilustrações variadas quanto às possibilidades de significação como os desenhos, fotografias e reproduções de pinturas;
- apresenta ilustrações que exploram as múltiplas funções das imagens, de forma a auxiliar o aprendizado do alfabetismo visual e do ensino de História;
- apresenta imagens acompanhadas de atividades de leitura e interpretação e de interação, sempre que possível, referenciada sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico.

Para que haja coerência com os princípios acima listados, as obras didáticas não devem conter *anacronismos* e *voluntarismos*.

O anacronismo consiste em atribuir razões ou sentimentos gerados no presente aos agentes históricos do passado, interpretando-se, assim, a História em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas. Trata-se, com efeito, de distorção grave, que compromete totalmente a compreensão do processo histórico.

O voluntarismo, por sua vez, consiste em aplicar a documentos e textos uma teoria *a priori*, em função do que se quer demonstrar. Desta forma, a escrita da História é utilizada apenas para confirmar as explicações já existentes na mente da autoria, que parte de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos ou pseudocientíficos. Pode, ainda, originar-se da tentativa da aplicação de teorias explicativas, tomadas acriticamente. Serão excluídas as coleções didáticas que apresentarem erros de informação tópica, nominal ou cronológica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

4.3.4 Matemática

Princípios de avaliação para o componente curricular Matemática

A Matemática, hoje, é usada para fazer estimativas e previsões, ler, interpretar e organizar dados, tomar decisões com base em dados quantitativos, compreender e utilizar conceitos e procedimentos matemáticos na resolução de problemas em muitas áreas do conhecimento ou no dia-a-dia. A utilização da Matemática é cada vez maior, pois ela permite resolver problemas em inúmeras situações, das mais simples às mais complexas, como também possui um valor educativo, de sistematizar o pensamento. A disponibilidade de tecnologias que facilitam a realização de cálculos e operações não fez diminuir a necessidade da Matemática. Ao contrário, delegando a máquinas esses aspectos puramente mecânicos, e que durante muito tempo fizeram parte importante de seu ensino, essas tecnologias permitem que se enfatize o raciocínio matemático, que hoje é realmente importante na formação matemática.

Nesse contexto, o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem em matemática deve capacitar os alunos para:

- usar com autonomia o raciocínio matemático, para a compreensão do mundo que nos cerca;
- raciocinar, fazer abstrações com base em situações concretas, generalizar, organizar e representar;
- planejar ações e projetar soluções para problemas novos, que exigem iniciativa e criatividade;
- resolver problemas, criando estratégias próprias para sua resolução, ou utilizando estratégias convencionais, desenvolvendo a imaginação e a criatividade;
- compreender e transmitir idéias matemáticas, por escrito ou oralmente, desenvolvendo a capacidade de argumentação;
- estabelecer relações entre os campos da Matemática e entre estes e outros campos do saber;
- relacionar conceitos e estratégias de diferentes campos matemáticos, sendo capaz de identificar diferentes formas ou abordagens para resolver problemas;
- interpretar matematicamente situações do dia-a-dia, e também do mundo tecnológico e científico;
- avaliar se resultados obtidos na solução de situações-problema são ou não razoáveis;
- fazer estimativas mentais de resultados ou cálculos aproximados;
- utilizar as novas tecnologias da informação e da comunicação.

Estes objetivos devem servir de orientação para todo o processo de ensino e aprendizagem da Matemática, desde os primeiros passos da escolaridade. Ao propor esta lista de objetivos para o ensino de Matemática, delinea-se uma mudança de enfoque: saímos da simples preocupação com o que ensinar, para levar em conta também o processo de ensino e aprendizagem e o significado do que se ensina nas práticas sociais atuais.

A escolha de conteúdos adequados à sociedade atual, que possam prover instrumentos eficazes para a resolução de problemas, deve ser valorizada e efetivamente trabalhada no processo de ensino e aprendizagem de Matemática.

Para uma aprendizagem significativa, devem ser dosados, neste processo, judiciosamente, o uso de intuição, de fatos do dia-a-dia, o emprego de variados materiais didáticos, o início da apresentação da Matemática abstrata, visando, por um lado, a aprendizagem futura e, por outro lado, o desenvolvimento da capacidade de raciocinar, de fazer abstrações a partir de situações concretas, de generalizar, de organizar e de representar.

A abordagem dessas competências deve levar em conta as características de jovens, adultos e idosos da EJA, sem subestimá-los ou superestimá-los. O texto subestima os alunos da EJA quando desconsidera a riqueza e variedade de experiências e interesses que ele traz para a escola. O aluno da EJA é também subestimado com a apresentação de situações, problemas e atividades que não exercitam sua imaginação e criatividade. O aluno da EJA é superestimado quando apresenta a Matemática de um ponto de vista meramente formal e sistematizado.

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Matemática (fl.55)

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Matemática será excluída a coleção que:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- apresentar erro ou indução a erro em conceitos, argumentação e procedimentos matemáticos, no livro do aluno, no Manual do educador e, quando houver, no glossário;
- deixar de incluir um dos campos da Matemática escolar, a saber, números e operações, álgebra, geometria, grandezas e medidas e tratamento da informação;
- der atenção apenas ao trabalho mecânico com procedimentos, em detrimento da exploração dos conceitos matemáticos e de sua utilidade para resolver problemas;
- apresentar os conceitos com erro de encadeamento lógico, tais como: recorrer a conceitos ainda não definidos para introduzir outro conceito, utilizar-se de definições circulares, confundir tese com hipótese em demonstrações matemáticas;
- deixar de propiciar o desenvolvimento, pelo aluno, de competências cognitivas básicas, como: observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de idéias matemáticas, memorização;
- supervalorizar o trabalho individual;
- apresentar publicidade de produtos ou empresas.

4.3.5 Língua Portuguesa

Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Língua Portuguesa

O ensino de Língua Portuguesa nos quatro anos finais do ensino fundamental apresenta características próprias, devidas tanto ao perfil escolar do alunado desse nível quanto às demandas sociais que a ele se apresentam, ao final do período.

Antes de mais nada, espera-se que o aluno ingressante no segundo segmento do ensino fundamental já tenha cumprido satisfatoriamente uma primeira e decisiva etapa de seu processo de letramento e alfabetização, tendo, inclusive, se apropriado de algumas práticas mais complexas e menos cotidianas (mais relacionadas a esferas públicas de uso da linguagem), seja de leitura e escrita, seja de compreensão e produção de textos orais. Essas práticas apresentam padrões lingüísticos e textuais que, por sua vez, demandam novos tipos de reflexão sobre o funcionamento e as propriedades da linguagem em uso, assim como a sistematização dos conhecimentos lingüísticos correlatos mais relevantes. Portanto, cabe ao ensino de língua materna, nesse nível de ensino-aprendizagem, aprofundar o processo de inserção qualificada do aluno na cultura da escrita,

- aperfeiçoando sua formação como leitor e produtor de textos escritos;
- desenvolvendo as competências e habilidades de leitura e escrita requeridas por esses novos níveis e tipos de letramento;
- ampliando sua capacidade de reflexão sobre as propriedades e o funcionamento da língua e da linguagem;
- desenvolvendo as competências e habilidade associadas a usos escolares, formais e/ou públicos da linguagem oral.

Em segundo lugar, a trajetória desse aluno em direção à autonomia relativa nos estudos e ao pleno exercício da cidadania pode ser considerada, por um lado, mais delineada; e, por outro, ainda não satisfatoriamente consolidada. O que deverá implicar, no processo de ensino-aprendizagem escolar desses anos, um maior peso relativo para esses eixos de formação.

Finalmente, a destinação do aluno, ao final desse período de escolarização obrigatória, é bastante diversificada. E, muitas vezes, implica a interrupção temporária ou mesmo definitiva de sua educação escolar, motivo pelo qual o ensino fundamental deve garantir a seus egressos um domínio da escrita e da oralidade suficiente para as demandas básicas do mundo do trabalho e do pleno exercício da cidadania, inclusive no que diz respeito à fruição da literatura em língua portuguesa. Tais circunstâncias atribuem a esses anos do ensino fundamental uma responsabilidade ainda maior, no que diz respeito ao processo de formação tanto do leitor e do produtor proficiente e crítico de textos quanto do locutor capaz de uso adequado e eficiente da linguagem oral em situações privadas ou públicas.

Considerando-se tanto as demandas de comunicação e/ou conhecimentos lingüísticos implicadas no quadro acima descrito quanto as recomendações expressas por diretrizes, orientações e parâmetros



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

curriculares oficiais, o ensino de língua portuguesa, nos quatro últimos anos do novo ensino fundamental, *deve organizar-se de forma a garantir ao aluno:*

1. *o desenvolvimento da linguagem oral e a apropriação e o desenvolvimento da linguagem escrita*, especialmente no que diz respeito a demandas oriundas seja de situações e instâncias públicas e formais de uso da língua, seja do próprio processo de ensino-aprendizagem escolar;

2. *o pleno acesso ao mundo da escrita e*, portanto,

- *a proficiência em leitura e escrita*, no que diz respeito a gêneros discursivos e tipos de texto representativos das principais funções da escrita em diferentes esferas de atividade social;

- *a fruição estética e a apreciação crítica da produção literária* associada à língua portuguesa, em especial a da literatura brasileira;

- *o desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação lingüística e no convívio democrático com a diversidade dialetal*, de forma a evitar o preconceito e valorizar as diferentes possibilidades de expressão lingüística;

- *o domínio das normas urbanas de prestígio*², especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido;

- *a práticas de análise e reflexão sobre a língua*, na medida em que se revelarem pertinentes, seja para a (re)construção dos sentidos de textos, seja para a compreensão do funcionamento da língua e da linguagem.

Neste sentido, *as atividades de leitura e escrita, assim como de produção e compreensão oral, em situações contextualizadas de uso, devem ser prioritárias no ensino-aprendizagem desses anos de escolarização* e, por conseguinte, na proposta pedagógica dos livros didáticos de Português (LDPs) a eles destinados. Por outro lado, *as práticas de reflexão*, assim como *a construção correlata de conhecimentos lingüísticos e a descrição gramatical*, devem justificar-se por sua funcionalidade, exercendo-se, sempre, com base em textos produzidos em condições sociais efetivas de uso da língua, e não em situações didáticas artificialmente criadas.

Critérios eliminatórios específicos para o componente curricular Língua Portuguesa

Considerando-se os princípios acima enunciados, serão excluídas as coleções de Língua Portuguesa cujas análises manifestarem, em um ou mais de seus componentes, incompatibilidade com os critérios a seguir explicitados.

Relativos à natureza do material textual

O conjunto de textos que um LDP oferece para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa deve justificar-se *pela qualidade da experiência de leitura que possa propiciar* ao aluno, contribuindo para a sua formação como leitor proficiente, inclusive como leitor literário. Uma coletânea deve, portanto:

a) estar isenta tanto de fragmentos sem unidade de sentido quanto de pseudotextos, redigidos com propósitos exclusivamente didáticos;

b) ser representativa da heterogeneidade própria da cultura da escrita — inclusive no que diz respeito a autoria, a registros, estilos e variedades (sociais e regionais) lingüísticas do Português —, de forma a permitir ao aluno a percepção de semelhanças e diferenças entre tipos de textos e gêneros diversos, *pertencentes a esferas socialmente mais significativas de uso da linguagem*;

c) ser adequada — do ponto de vista da extensão, da temática e da complexidade lingüística — ao nível de escolarização em jogo;

² Em substituição à expressão “norma culta”, *normas urbanas de prestígio* é um termo técnico recente, introduzido para designar os falares urbanos que, numa comunidade lingüística como a dos falantes do português do Brasil, desfrutam de maior prestígio político, social e cultural e, por isso mesmo, estão mais associados à escrita, à tradição literária e a instituições como o Estado, a Escola, as Igrejas e a Imprensa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- d) incluir, de forma significativa e equilibrada, em relação aos demais, *textos da tradição literária* de língua portuguesa (especialmente os da literatura brasileira);
- e) incentivar educadores e alunos a buscarem textos e informações fora dos limites do próprio livro didático.

Relativos ao trabalho com o texto

No trabalho com o texto, em qualquer de suas dimensões (leitura e compreensão, produção de textos orais e escritos, construção de conhecimentos lingüísticos), é fundamental a *diversidade de estratégias*, assim como a articulação entre os vários aspectos envolvidos, de forma a garantir a progressão nos estudos. Além desses, em cada um dos componentes de Língua Portuguesa outros critérios afiguram-se fundamentais para garantir à coleção um desempenho ao menos satisfatório, em termos metodológicos.

Leitura

As atividades de compreensão e interpretação do texto têm como *objetivo final* a formação do leitor (inclusive a do leitor literário) e o desenvolvimento da *proficiência em leitura*. Portanto, só podem constituir-se como tais na medida em que:

- a) encararem a *leitura como uma situação de interlocução leitor/autor/texto socialmente contextualizada*;
- b) respeitarem *as convenções e os modos de ler próprios dos diferentes gêneros*, tanto literários quanto não literários;
- c) desenvolverem *estratégias e capacidades* de leitura, tanto as relacionadas aos gêneros propostos, quanto as inerentes ao nível de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

Produção de textos escritos

As propostas de produção escrita devem visar à *formação do produtor de texto* e, portanto, ao desenvolvimento da *proficiência em escrita*. Neste sentido, não podem deixar de:

- a) *considerar a escrita como uma prática socialmente situada*, propondo ao aluno, portanto, *condições plausíveis de produção* do texto;
- b) abordar *a escrita como processo*, de forma a ensinar explicitamente os procedimentos envolvidos no planejamento, na produção e na revisão e reescrita dos textos;
- c) explorar *a produção de gêneros ao mesmo tempo diversos e pertinentes* para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo nível de ensino visado;
- d) desenvolver as *estratégias de produção* relacionadas tanto ao gênero proposto quanto ao grau de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

Relativos ao trabalho com a oralidade

A linguagem oral, que o aluno chega à escola dominando satisfatoriamente, no que diz respeito a demandas de seu convívio social imediato, é o instrumento por meio do qual se efetivam tanto a interação educador-aluno quanto o processo de ensino-aprendizagem. Será com o apoio dessa experiência prévia que o aprendiz não só desvendará o funcionamento da língua escrita como estenderá o domínio da fala para novas situações e contextos, inclusive no que diz respeito a situações escolares como as exposições orais e os seminários. Assim, caberá ao LDP, no que diz respeito a esse quesito:

- a) recorrer à oralidade nas estratégias didáticas de abordagem da leitura e da produção de textos;
- b) valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade lingüísticas, situando nesse contexto sociolingüístico o ensino das normas urbanas de prestígio;
- c) propiciar o desenvolvimento das capacidades e formas discursivas relacionadas aos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou públicas pertinentes ao nível de ensino em foco.

Relativos ao trabalho com os conhecimentos lingüísticos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

O trabalho com os conhecimentos lingüísticos objetiva levar o aluno a refletir sobre aspectos da língua e da linguagem relevantes para o desenvolvimento tanto da proficiência oral e escrita quanto da capacidade de analisar fatos de língua e de linguagem. Por isso mesmo, seus conteúdos e atividades devem:

- a) abordar os diferentes tipos de conhecimentos lingüísticos em *situações de uso*, articulando-os com a leitura, a produção de textos e o exercício da linguagem oral;
- b) *considerar e respeitar as variedades regionais e sociais* da língua, promovendo o estudo das normas urbanas de prestígio nesse contexto sociolingüístico;
- c) estimular a reflexão e propiciar a *construção dos conceitos* abordados.

4.3.6 Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)

Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Língua Estrangeira Moderna

O ensino de Língua Estrangeira – Inglês e Espanhol – para os anos finais do ensino fundamental pauta-se, primordialmente, pelos objetivos que contribuam para a reflexão sobre a função social da língua estrangeira como uma disciplina que permite o acesso a outros bens, tais como a ciência, a tecnologia, as artes, as comunicações e produções (inter)culturais e o mundo do trabalho. Além disso, a aprendizagem de outras línguas possibilita o contato com novas e variadas formas de ver e organizar o mundo e com outros valores, os quais, confrontados com os nossos próprios, contribuem para uma saudável abertura de horizontes, uma ruptura de estereótipos, uma superação de preconceitos, um espaço de convivência com a diferença, que promove inevitáveis e frutíferos deslocamentos em relação às nossas próprias formas de organizar, dizer e valorizar o mundo. Assim, não resta dúvida de que essa abertura para o diferente tem um papel muito importante na constituição da identidade dos alunos.

Em conformidade com esses princípios gerais que balizam o ensino e a aprendizagem das línguas estrangeiras na atualidade, esse ensino, nessa etapa da educação formal, deve ter por objetivo possibilitar ao aprendiz:

- vivenciar uma experiência de comunicação humana pelo uso de uma língua estrangeira, no que se refere a novas e diversificadas maneiras de se expressar e de ver o mundo;
- refletir sobre os costumes ou maneiras de agir e interagir em diferentes situações e culturas, em confronto com as formas próprias do universo cultural dos alunos, de modo a promover neles uma visão plural e heterogênea do mundo e a fazer entender o papel de cada um como cidadão em nível local e global;
- reconhecer que a aprendizagem de Língua Estrangeira possibilita o acesso a legados culturais da humanidade construídos em outras partes do mundo;
- construir conhecimento sistêmico sobre a língua estudada, conhecimento sobre diferentes modalidades pragmático-discursivas vigentes nos diversos âmbitos sociais e regionais, sobre a organização textual e sobre como e quando utilizar a linguagem adequadamente nas situações de comunicação;
- desenvolver consciência lingüística e crítica dos usos que se fazem da língua estrangeira que está aprendendo;
- utilizar a língua estrangeira como fonte de informação, de fruição e como veículo de comunicação, em diversas práticas sociais da linguagem.

Além disso, o ensino de Língua Estrangeira, na atualidade, busca não apenas instrumentalizar o aluno para usar a língua em diferentes práticas sociais, mas também valorizar o caráter educativo dessa disciplina, de modo a garantir uma formação mais ampla e diversificada do indivíduo e a formação do cidadão, que pode ter, entre outras coisas, acesso à construção coletiva do conhecimento. É fundamental, portanto, focalizar as línguas não somente como formas de expressão e comunicação, mas como espaços de construção de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

conhecimento, como portadoras de valores e sentimentos e como constituintes de significados e sentidos profundamente atrelados a processos históricos.

Tendo em vista que o conhecimento de línguas estrangeiras deve habilitar o aluno, entre outras coisas, a ter acesso a produções culturais e a interagir com falantes de regiões, países, culturas, etnias, idades e níveis sócio-econômicos diferentes, as coleções didáticas deverão contemplar as variedades lingüísticas sem, contudo, perderem a coerência com a variedade escolhida para apresentação e organização de suas atividades didáticas. As coleções didáticas de línguas, portanto, precisam trazer, sempre de forma contextualizada e adequada à temática abordada naquele momento, insumo (oral e escrito) que represente essa variedade de manifestações da língua. As variedades regionais, culturais, sociais, etárias e étnicas da língua escrita e falada, bem como as ligadas ao suporte ou meio em que são veiculadas as mensagens, não devem, portanto, ocupar um espaço marginal nas coleções de Língua Estrangeira, mas ser tratadas, de forma contextualizada, como elemento constitutivo da língua, levando em conta as conseqüências de seus usos públicos e privados.

Da mesma forma que com as variedades lingüísticas, o trabalho com a cultura nas coleções de Língua Estrangeira deve incentivar educadores e alunos a perceber a diversidade sócio-cultural que há no mundo e nos próprios contextos de vida do aluno. Nesse sentido, esse trabalho deve ter um enfoque intercultural, uma vez que ao ver o outro também nos vemos e nos transformamos. Assim, espera-se que, nessas coleções, sejam abordadas, sempre que isso couber e for relevante para a questão abordada e sem a utilização de estereótipos e de preconceitos, temáticas e situações que representem diversos territórios, espaços e momentos relacionados aos povos que falam essa língua estrangeira, diferentes grupos sociais, étnico-raciais e etários, diferentes gêneros, orientações sexuais, condições físicas etc.

Tendo em vista, ainda, o caráter mais formador e educativo do ensino de línguas estrangeiras nessa etapa da educação formal, também a interdisciplinaridade deve ser prioritária. Para tanto, os temas abordados nas coleções didáticas precisam ser social e culturalmente relevantes para a formação mais ampla e educação dos alunos, para o desenvolvimento de seu senso de cidadania e a expansão de seu conhecimento articulado às outras disciplinas do currículo escolar. Esse tratamento interdisciplinar deverá refletir-se tanto nos textos, imagens e demais recursos escolhidos quanto na abordagem das questões.

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)

É preciso considerar que o livro didático de Língua Estrangeira, num território tão extenso quanto o do nosso país, é, muitas vezes, uma das únicas ou mesmo a única fonte de insumo acessível para educadores e alunos. É imprescindível, portanto, que as coleções didáticas de Língua Estrangeira (LE) apresentem correção e atualização no trato com a linguagem, os conceitos e as informações básicas, de forma a não introduzir erros e inadequações. Portanto, as coleções de Língua Estrangeira devem:

- apresentar insumo lingüístico contextualizado e inserido em práticas discursivas variadas e autênticas, observando sempre a adequação lingüística e discursiva;
- propiciar condições para o desenvolvimento integrado das habilidades de compreensão e produção oral, bem como de compreensão e produção escrita;
- contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, por meio de produção e recepção de textos orais e escritos de vários gêneros;
- contextualizar as atividades de gramática, vocabulário e pronúncia, evidenciando os diferentes usos da linguagem enquanto prática social;
- propor atividades que tenham relevância social, política e cultural;
- apresentar atividades que levem à reflexão sobre a língua e suas variedades bem como sobre a diversidade cultural em nível local e global;
- apresentar referências culturais, evitando todo o tipo de doutrinação, discriminação, estereótipos ou preconceitos em textos e imagens.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Por sua vez, a aprendizagem na sala de aula é compreendida como construída e reconstruída pelos alunos e educadores, como resultado de (auto-)observação,(auto-) análise e (auto-) avaliação. Para tanto, as coleções de Língua Estrangeira devem:

- apresentar instruções claras para as atividades;
- maximizar as oportunidades de aprendizagem do aluno e propiciar-lhe condições para ampliar suas habilidades e competências de maneira autônoma, bem como sua capacidade de auto-avaliação;
- permitir ao aluno a construção e ampliação de um repertório de estratégias de aprendizagem, relacionadas ao desenvolvimento de diferentes habilidades e competências e ao alcance dos objetivos de aprendizagem definidos tanto pelo currículo escolar quanto pelo próprio aluno;
- ser sensíveis às diferentes situações de ensino e aprendizagem escolar em contextos educacionais urbanos e rurais;
- reconhecer as identidades coletivas e individuais dos participantes do processo de ensino e aprendizagem em relação a classe, raça, gênero e outras marcas identitárias.

As quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever) devem ser desenvolvidas de maneira integrada e devem ser vinculadas ao ensino do léxico, da pronúncia e da prosódia e dos conhecimentos lingüísticos e discursivos.

Compreensão escrita

No componente curricular Língua Estrangeira é essencial que a coletânea de textos seja composta por textos autênticos e originais, advindos de suporte impresso ou digital, para que se possibilite ao aprendiz qualidade de experiência em leitura, incluindo textos multimodais. Logo, a diversidade de temas, de gêneros e de tipos textuais, bem como a de contextos culturais e de circulação deve estimular a leitura como processo de construção de sentido, ao considerá-la uma situação efetiva de interação leitor-autor, tendo em conta a constituição histórico-social e ideológica de ambos. Para tanto, é necessário que:

- o aluno tenha contato com textos de diferentes esferas – científica, cotidiana, jornalística, jurídica, literária, publicitária etc. – nas quais possa estreitar seu contato com diversas práticas de linguagem, de estilo formal e informal, de modo a confrontar diferentes recursos comunicativos;
- as atividades respeitem as convenções e os modos de ler constitutivos de diferentes gêneros e tipos textuais, bem como o caráter polifônico dos textos e, portanto, a multiplicidade de vozes nele presentes;
- o processo de compreensão envolva atividades de pré-leitura e pós-leitura;
- as atividades pressuponham a abordagem de diversas estratégias de leitura, tais como localização de informações explícitas no texto, levantamento de hipóteses, produção de inferência, reconstrução de sentidos do texto pelo leitor, compreensão global e detalhada do texto, dentre outras;
- as atividades explorem a intertextualidade e estimulem alunos e educadores a buscarem textos e informações fora dos limites do livro didático;
- as atividades de interpretação de texto sejam estimuladas, aceitando-se, dentro dos limites do que o próprio texto permite, a pluralidade de interpretações;
- o aluno seja formado como leitor reflexivo e crítico.

A imersão na cultura estrangeira a partir do texto literário é parte importante das atividades de leitura e deve sensibilizar o aluno para o uso estético da linguagem e contribuir para o desenvolvimento de uma consciência cultural mais ampla. As atividades com o texto literário devem, portanto:

- levar em conta as particularidades e as especificidades do texto literário, evitando usá-lo como simples pretexto para a focalização de questões gramaticais;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- estimular a leitura interpretativa e as experiências estéticas e prazerosas com a linguagem, não estrita e exclusivamente vinculadas a objetivos funcionais;
- situar e contextualizar o leitor em relação à obra da qual o texto faz parte e em relação ao momento histórico e à corrente literária a que ele pertence;
- estimular o leitor a conhecer a obra da qual o texto faz parte, assim como outras produções literárias, da mesma ou de outras épocas, do mesmo ou de outros gêneros.

Produção escrita

É preciso ter em conta que o desenvolvimento da escrita em língua estrangeira é um processo que deve passar por sucessivas etapas de reformulação e que supõe uma tomada de consciência a respeito das condições de produção: quem escreve, para quem, com que finalidade, de que forma, com que recursos, argumentativos ou de outra natureza, e em que suporte. Tudo isso exige planejamento e observância das características textuais e discursivas, que precisam, portanto, ser abordadas nas aulas de língua. Assim, as atividades apresentadas pelas coleções para o desenvolvimento da produção escrita devem:

- tratar a produção escrita como processo interativo e em constante reformulação;
- considerar o uso social da escrita e trabalhar, de forma contextualizada e, tanto quanto possível, com finalidades precisas, com diferentes gêneros e tipos textuais;
- apresentar e discutir as características sócio-discursivas dos gêneros abordados, levando em conta as condições de produção e o potencial receptor do texto;
- explicitar as condições de produção: quem escreve e como se projeta enquanto enunciador, para quem escreve e como projeta o seu leitor, com que objetivo, em que suporte e em que momento;
- refletir sobre as regras e convenções que regem determinado sistema lingüístico no âmbito de recursos ortográficos, morfológicos, semânticos, sintáticos, estilísticos, retóricos e discursivos;
- contemplar e refletir sobre as diferentes etapas do processo de produção.

Compreensão oral

O trabalho com compreensão oral, que envolve a compreensão auditiva e a captação do sentido das mensagens, deve ter por objetivo preparar o aluno para vivenciar diversas situações de comunicação em língua estrangeira, levando-o a fazer uso de diferentes estratégias. Dessa forma, as coleções didáticas podem apresentar:

- CD de áudio com material autêntico que contemple diversidade de gêneros e tipos textuais orais, com funções variadas;
- CD de áudio que apresente amostra de diversas variedades lingüísticas, sociais e regionais;
- atividades que estimulem a compreensão oral intensiva (entender sons e palavras), extensiva (compreensão global do que é falado) e seletiva (identificação de informação específica);
- atividades que promovam a interpretação da mensagem oral, inclusive no que diz respeito à adequação da fala aos seus propósitos e às circunstâncias em que é produzida, bem como possíveis objetivos e intenções de quem a profere e as prováveis reações, positivas ou negativas, por parte dos potenciais interlocutores.

Produção oral

Trabalhar a produção oral significa preparar o aluno para se comunicar em situações reais de uso da língua. O objetivo é produzir discursos coerentes e adequados a contextos específicos, que proporcionem a interação ouvinte-falante/texto-contexto e também permitam alcançar objetivos traçados. Assim, as atividades de produção oral propostas pelas coleções didáticas devem:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- cultivar e estimular o uso de estratégias diferentes de comunicação;
- permitir o uso de diversas funções da linguagem;
- motivar o aluno a se comunicar oralmente, de forma compreensível e significativa e de acordo as possibilidades decorrentes de suas potencialidades de desenvolvimento na língua que está aprendendo, em situações de conversação, entrevistas, debates, apresentação de trabalhos, representações e dramatizações, leitura, inclusive de textos poéticos e outros gêneros orais;
- discutir e orientar a escolha do registro de linguagem adequado a cada situação comunicativa, atentando para as suas implicações no que se refere à escolha do léxico, das formas de tratamento e das construções pertinentes a cada caso;
- refletir acerca dos diferentes códigos de polidez e das marcas e formas, inclusive de tratamento, que os caracterizam em culturas e ambientes sociais diversos;
- promover a negociação de sentidos;
- proporcionar a aquisição e o aperfeiçoamento progressivo de padrões de entonação e de prosódia adequados, de pronúncia compreensível e de postura e gestualidade compatíveis com as situações de fala e com as culturas estrangeiras.

O trabalho com os conhecimentos lingüísticos visa à reflexão sobre os aspectos da língua e da linguagem relevantes no desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas. Esse trabalho com os conhecimentos lingüísticos deve estar, portanto, articulado ao desenvolvimento da competência comunicativa e às habilidades de produção e compreensão oral e escrita. A gramática prescritiva não deve constituir o eixo dos cursos de línguas estrangeiras e tampouco o único critério a ser aplicado no trabalho com as formas lingüísticas. O estudo de questões relativas à gramática deve ressaltar que as escolhas feitas são fundamentais para a construção e produção de sentido e não são meramente decorrentes de exigências normativas. Neste aspecto particular, as competências a serem desenvolvidas nas atividades propostas nas coleções devem:

- saber distinguir as variedades lingüísticas de natureza diversa (social e regional);
- escolher o registro e as formas, inclusive de tratamento, adequados à situação na qual se processa a comunicação e aos objetivos a serem alcançados;
- compreender de que forma determinada expressão pode ser interpretada em função de aspectos sociais e/ou históricos e culturais;
- compreender em que medida os enunciados refletem a forma de ser, agir, pensar e sentir de quem os produz e das condições, inclusive sociais e históricas, em que o faz;
- utilizar, com propriedade e adequação, as estruturas lingüísticas aprendidas, em práticas orais e escritas;
- utilizar adequadamente os mecanismos de coerência e coesão, observando a sua importância na construção de textos, mais do que corretos, compreensíveis, sobretudo por parte de falantes nativos da língua aprendida;
- utilizar apropriadamente e com objetivos claros uma linguagem adequada às novas formas de comunicação, incluindo textos, hipertextos, imagens e sons;
- perceber as diferenças e as necessidades decorrentes da forma em que a comunicação oral se dá: em presença ou mediada por algum instrumento;
- observar a importância e a adequação dos recursos não verbais (gestos, expressões faciais etc.) no processo comunicativo e as conseqüências decorrentes do uso ou não uso de algum desses recursos, altamente associados a valores culturais;
- utilizar as estratégias verbais e não-verbais adequadas para entender e fazer-se entender.

É por meio do trabalho integrado das quatro habilidades que se pode propiciar ao aluno da EJA no ensino fundamental a ampliação do léxico. O estudo do vocabulário deve privilegiar campos semânticos, evitando a utilização de listas de palavras descontextualizadas. Por isso, as atividades propostas nas coleções devem:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- desenvolver no aluno estratégias de organização e expansão de seu conhecimento lexical;
- selecionar e usar vocabulário em contextos apropriados de uso, atentando para os efeitos que pode trazer para a comunicação a escolha de um termo mais ou menos adequado a uma determinada situação;
- considerar a composição da palavra, seu significado morfológico, semântico, sintático;
- estimular a compreensão e a aprendizagem de idiomatismos, expressões, locuções e de outras várias possibilidades de combinação, em alguns casos bastante cristalizadas, entre as palavras;
- trabalhar as palavras não como meros rótulos, mas considerando a sua dimensão pragmático-discursiva e, portanto, os valores a elas associados, o momento histórico, o âmbito social e cultural em que são utilizadas, as situações enunciativas em que aparecem e os efeitos de sentido decorrentes disso tudo.

Tendo em conta o caráter educativo do ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira no contexto focalizado aqui, valoriza-se particularmente o enfoque intercultural e a exposição à diversidade, à heterogeneidade constitutiva das línguas e culturas. Assim, espera-se que, nas coleções, sejam abordadas, sem o uso de estereótipos e de preconceitos, temáticas e situações que representem os legados sócio-culturais (folclore, canções, produções artísticas e artesanais diversas, culinária etc.) de:

- diversos territórios, espaços e momentos relacionados aos povos que falam essa língua estrangeira;
- diferentes grupos sociais, étnico-raciais e etários, diferentes gêneros, orientações sexuais, condições físicas etc.

As obras para o ensino de Língua Estrangeira podem ser consideradas um espaço privilegiado para conectar linguagem(s) e cultura(s). A aprendizagem de Língua Estrangeira, mediada pelo livro didático, pode possibilitar ao aluno oportunidades de reflexão sobre a diversidade e a experiência humana em diversas partes do mundo, o que lhe permite compreender melhor e valorizar sua própria realidade. Sendo assim, é importante que as coleções contribuam para a construção da cidadania garantindo oportunidades de:

- reconhecimento e respeito à diversidade local e global;
- identificação com outros indivíduos, sociedades, linguagens e culturas, promovendo a percepção da importância de sua própria realidade em relação a contextos locais e globais;
- interpretação das diferenças entre línguas e culturas, bem como das conseqüências sociais e políticas da hierarquização dessas diferenças, que causam desigualdades diversas;
- percepção, reconhecimento e compreensão da heterogeneidade de usuários da língua estrangeira estudada, em relação a nacionalidade, gênero, classe social, pertencimento étnico-racial, entre outros aspectos, através de fotos, ilustrações, pinturas e outros textos imagéticos que levem à superação de estereótipos e preconceitos;
- aceitação do multiculturalismo crítico como forma de superar uma visão monocultural e homogênea dos países onde a língua estrangeira é falada;
- promoção do desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico.

No que se refere à estrutura editorial e ao projeto gráfico, as coleções didáticas de línguas estrangeiras (Inglês e Espanhol) devem ater-se aos princípios comuns descritos neste Edital. Além disso, as coleções didáticas devem:

- evitar o excesso de informações, cores e demais recursos gráficos que possam poluir as páginas e desviar a atenção do aluno das questões que efetivamente se quer explorar num determinado momento;
- utilizar ilustrações que reproduzam adequadamente a diversidade étnica, social e cultural das comunidades focalizadas, a pluralidade social e cultural dos países e regiões em que as línguas estrangeiras estudadas são faladas, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

estereótipos nem estimulando comparações que depreciem as culturas estrangeiras focalizadas ou a nossa própria com relação a elas;

- escolher ilustrações que, além de adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e claras, precisas e de fácil compreensão em relação aos seus objetivos, não sejam depreciativas nem paródica.

4.3.7. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Artes

A atual legislação educacional brasileira reconhece a importância da artes na formação e desenvolvimento de pessoas jovens, adultas e idosas, incluindo-a como componente curricular obrigatório da educação básica, também na modalidade EJA. No ensino fundamental a Artes passa a vigorar como área de conhecimento e trabalho com as várias linguagens e visa à formação artística e estética dos alunos. A área de Artes, assim constituída, refere-se às linguagens artísticas, como as Artes Visuais, a Música, o Teatro e a Dança. A área de Artes que se está delineando neste documento visa a destacar os aspectos essenciais da criação e percepção estética dos alunos e o modo de tratar a apropriação de conteúdos imprescindíveis para a cultura do cidadão contemporâneo. As oportunidades de aprendizagem de artes, dentro e fora da escola, mobilizam a expressão e a comunicação pessoal e ampliam a formação do estudante como cidadão, principalmente por intensificar as relações dos indivíduos tanto com seu mundo interior como com o exterior. Em particular, para os alunos da EJA, muitos deles envolvidos em processos culturais ricos e diversificados, como produtores, como apreciadores e difusores de cultura o ensino e as práticas educativas relacionadas a artes ganham relevância singular para a identidade desses alunos.

Entende-se que o educando desenvolve sua cultura de artes fazendo, conhecendo e apreciando produções artísticas, das mais diversas fontes e proveniências, que são ações que integram o perceber, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar. A realização de trabalhos pessoais, assim como a apreciação de seus trabalhos, os dos colegas e a produção de artistas, se dá mediante a elaboração de idéias, sensações, hipóteses e esquemas pessoais que o aluno vai estruturando e transformando, ao interagir com os diversos conteúdos de artes manifestados nesse processo dialógico.

Produzindo trabalhos artísticos e conhecendo essa produção nas outras culturas, o aluno da EJA poderá compreender a diversidade de valores que orientam tanto seus modos de pensar e agir como os da sociedade. Trata-se de criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio e favorecer o entendimento da riqueza e diversidade da imaginação humana, incluindo nela suas próprias vivências e bagagem cultural. Além disso, os alunos tornam-se capazes de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo e decodificando formas, sons, gestos, movimentos que estão à sua volta, e que tecem a rede de conhecimentos e relações sociais que formam os saberes adquiridos ao longo da vida. O exercício de uma percepção crítica das transformações que ocorrem na natureza e na cultura pode criar condições para que os alunos da EJA percebam o seu comprometimento na manutenção de uma qualidade de vida melhor, e a necessidade de valorização do seu entorno cultural.

A dimensão social das manifestações artísticas revela modos de perceber, sentir e articular significados e valores que orientam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. A artes estimula o aluno a perceber, compreender e relacionar tais significados sociais. Essa forma de compreensão da artes inclui modos de interação como a empatia e se concretiza em múltiplas sínteses. O conhecimento da artes abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a artes ensina que nossas experiências geram um movimento de transformação permanente, que é preciso reordenar referências a cada momento, ser flexível. Isso significa que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender.

Ao ter oportunidade de desenvolver aprendizagens relacionadas a artes na escola, o educando de EJA poderá integrar os múltiplos sentidos presentes na dimensão do concreto e do virtual, do sonho e da realidade. Tal integração é fundamental na construção da identidade e da consciência do jovem, da recuperação de sentidos e significâncias para adultos e idosos que poderão assim compreender melhor sua inserção e participação na sociedade.

Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Artes (fl. 56)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Artes *será observado se a coleção possibilita ao aluno de EJA:*

- Experimentar e explorar as possibilidades de diferentes linguagens artísticas;
- Compreender e utilizar a artes como linguagem, mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a investigação, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;
- Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em Artes (artes visuais, dança, música, teatro), de modo a utilizá-los em trabalhos pessoais, identificá-los e interpretá-los na apreciação e contextualizá-los culturalmente;
- Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e o conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas;
- Identificar, relacionar e compreender a artes como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo cultural e natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos;
- Observar as relações entre a artes e a leitura da realidade, refletindo, investigando, indagando, com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, a sensibilidade, argumentando e apreciando artes de modo sensível;
- Identificar, relacionar e compreender os diferentes âmbitos da arte, do trabalho e da produção dos artistas;
- Identificar, investigar e organizar informações sobre a artes, reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias;
- Pesquisar e saber organizar informações sobre artes em contato com artistas, obras de artes, fontes de comunicação e informação;
- Utilizar os conhecimentos sobre a relação artes e realidade para analisar formas de organização de mundo e de identidades;
- Analisar criticamente as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos artísticos;
- Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

LIVROS REGIONAIS

Os livros didáticos regionais serão submetidos aos mesmos critérios de avaliação de obras didáticas e coleções, de acordo com áreas específicas de conhecimento, podendo ser sumariamente eliminados quando considerados como apêndice das coleções, não sendo suficientes, para o processo de aprendizagem, como única fonte de material didático.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO XI

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO PROCESSO DE HABILITAÇÃO

1. Da habilitação jurídica

Os editores deverão apresentar os documentos abaixo, relacionados de acordo com a sua natureza jurídica:

a) Empresa individual:

- Cédula de identidade e CPF;
- Registro Comercial da empresa.

b) Sociedade em comandita simples:

- Cédula de identidade e CPF dos administradores;
- Contrato social registrado e suas alterações.

c) Sociedade em nome coletivo:

- Cédula de identidade e CPF dos administradores;
- Contrato social registrado e suas alterações.

d) Sociedade em comandita por ações:

- Cédula de identidade e CPF dos administradores;
- Contrato social registrado e suas alterações.

e) Sociedade limitada:

- Cédula de identidade e CPF dos administradores;
- Contrato social registrado e suas alterações.

f) Sociedade anônima:

- Cédula de identidade e CPF dos administradores;
- Estatuto, arquivado na Junta Comercial e suas alterações;
- Última ata de eleição dos administradores, registrada na Junta Comercial.

g) Sociedade simples (sociedade civil):

- Cédula de identidade e CPF dos administradores
- Ato constitutivo
- Estatuto Social, registrado no cartório competente e suas alterações
- Última ata de eleição dos administradores, registrada no cartório competente

h) Fundação de direito privado:

- Cédula de identidade e CPF dos administradores;
- Ato constitutivo;
- Estatuto Social, registrado no cartório competente e suas alterações;
- Última ata de eleição dos administradores, registrada no cartório competente.

i) Empresa estrangeira:

- Decreto de autorização para funcionamento no País;
- Documento de identidade e CPF dos administradores;
- Estatuto, Contrato Social ou equivalente, registrado na Junta Comercial/DNRC e suas alterações;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

- Última ata de eleição dos administradores, registrada na Junta Comercial.

1.1. No caso de consórcio de empresas, além da documentação citada acima, serão exigidos os documentos referidos nos incisos I, II e III do art. 33 da Lei 8.666/93, bem como o registro do consórcio nos termos do parágrafo segundo do art. 33, da mesma Lei.

1.2. Caso o editor se faça representar por procurador, deverá apresentar instrumento público de procuração, especificando os poderes por ele concedidos.

1.3. Os editores deverão também apresentar as seguintes declarações:

a) declaração de inexistência de fato impeditivo, ratificando a inexistência de circunstâncias que impeçam o editor de contratar com a Administração Pública Federal, assinada pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida por cartório competente;

b) declaração de que o editor não emprega menor, conforme dispõe o inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, assinada pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida por cartório competente.

2. Da habilitação econômico-financeira e comprovação de regularidade fiscal

2.1. O FNDE realizará consulta virtual no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF para certificar-se da habilitação da empresa quanto à qualificação econômico-financeira, fiscal e jurídica, conforme previsto na Lei nº 8.666/93 e na IN/MARE nº 5/95 e respectivas alterações, bem como no Decreto nº 3.722/2001.

3. Da documentação referente à obra

Visando comprovar que detém o direito patrimonial sobre a obra, o editor deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1. Contrato de edição – instrumento escrito mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar a obra, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial a Lei nº 9.610/98.

3.1.1. O editor deverá apresentar o contrato de edição firmado com os seguintes criadores intelectuais da obra: autor(es) do texto, organizador(es), adaptador(es) e tradutor(es).

3.1.1.1. Entende-se por organizador a pessoa física ou jurídica responsável pela organização de textos em uma obra coletiva.

3.1.2. São requisitos obrigatórios mínimos dos contratos de edição a serem apresentados pelos editores:

3.1.2.1. Objeto, delimitando o título da obra e seus subtítulos, a autoria e o(s) formato(s) autorizado(s) para edição, nos termos da lei;

3.1.2.2. Remuneração do autor;

3.1.2.3. Prazo de vigência;

3.1.2.4. Cláusula contratual com autorização expressa do autor para a produção e venda de exemplares da obra à Administração Pública, nas características e tiragens necessárias ao atendimento a programas públicos de distribuição de livros; ou cláusula contratual com autorização expressa do autor permitindo ao editor produzir a obra nas características e tiragens necessárias para atendimento ao mercado.

3.1.3. Os contratos de edição deverão ser assinados pelo(s) autor(es) da obra, na forma do **subitem 3.1.1** deste Anexo, ou por seu(s) sucessor(es).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

3.2. Termos aditivos ao contrato de edição – instrumentos pelos quais se formalizam alterações no contrato original firmado, devendo constar as cláusulas ou itens a serem alterados, tais como mudança no objeto, alteração de prazos e demais condições originalmente pactuadas.

3.2.1. Aplicam-se aos termos aditivos ao contrato de edição todas as disposições do **subitem 3.1.** deste Anexo.

3.3. Caso a obra se enquadre na categoria de obra coletiva, nos termos da Lei nº 9.610/98, o editor deverá apresentar um dos seguintes instrumentos abaixo:

- a) Contrato de trabalho firmado com o(s) funcionário(s) da própria empresa; ou
- b) Contrato de prestação de serviços firmado com o(s) autor(es) contratado(s) para criação da obra.

3.3.1. São requisitos obrigatórios mínimos aos contratos de prestação de serviços a serem apresentados pelos editores:

- a) especificação da participação dos autores contratados;
- b) prazo para a entrega ou realização da obra;
- c) remuneração e demais condições de execução.

3.3.2. O editor poderá apresentar declaração firmada pelo(s) funcionário(s) da empresa, proposição alternativa à apresentação do contrato de trabalho, garantindo que o editor detém os direitos patrimoniais sobre a obra.

3.4. Contrato de cessão de direitos – Caso o editor apresente contrato de edição firmado originariamente com terceiro, constituindo-se dessa forma em cessionário dos direitos de edição, deverá apresentar o contrato de cessão de direitos delimitando sua abrangência, na forma do **subitem 3.1.2.** deste Anexo.

3.5. Declaração de Vigência – No caso de contratos de edição com prazo de vigência indeterminado ou não expresso, deverá ser apresentada, sob as penas da lei, declaração complementar com firma reconhecida em cartório, na qual o editor manifesta que o contrato de edição apresentado encontra-se em plena vigência. Nos casos de contratos com previsão de renovação automática, deverá constar na declaração o período renovado, conforme estabelecido no contrato.

3.6. O editor deverá apresentar declaração de titularidade de direito patrimonial sobre os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira, conforme modelo constante do **Anexo XII**, garantindo, sob as penas da lei, deter o direito patrimonial sobre os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS E COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PNLD EJA 2011

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DE DIREITO PATRIMONIAL

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

_____ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei, que detém os direitos patrimoniais sobre todos os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira, que compõem a obra _____, em _____ edição, selecionada para o PNLD EJA 2011.

Declara também que possui todos os instrumentos contratuais com os autores dos textos e demais coautores da obra, assumindo o compromisso de apresentar os instrumentos contratuais se solicitado pelo FNDE em qualquer fase do processo de contratação regulado pelo edital do PNLD EJA 2011.

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Local, de de 2010.

Assinatura do representante do editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)